

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS FISCAIS
DO 3º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 11 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

ATA Nº 013

PRESIDENTE - DEPUTADO WILSON SANTOS

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, declaro aberta esta Audiência Pública. Audiência Pública que foi requerida pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária - CFAEO e tem como objetivo a apresentação do relatório de cumprimento das metas fiscais, não só do orçamento fiscal, como também da seguridade social, e tudo isso relativo ao 3º trimestre de 2017, que são os meses de setembro, outubro, novembro e dezembro. Quem vai fazer essa apresentação são os senhores Rogério Luiz Gallo, digno Procurador de Estado e Secretário de Estado de Fazenda e o senhor Guilherme Frederico Moura Müller, mui digno Secretário de Estado de Planejamento. Isso tudo é em cumprimento ao que estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, uma lei federal, nascida no ano 2000, na gestão do então Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Eu convido para compor a mesa os excelentíssimos senhores Rogério Luiz Gallo e Guilherme Müller, que já se encontram aqui, muito pontuais por sinal. Quero também convidar para compor a mesa conosco o Dr. Caio César Buin Zumioti, que é Sub-Defensor Público Geral e neste ato representa o Dr. Sílvio Jeferson de Santana, o Dr. Sílvio é Defensor Público Geral do Estado de Mato Grosso. Dr. Caio, muito obrigado pela presença. Convido também para compor conosco a mesa o Sr. Hugo Lima, Procurador de Estado, por gentileza, componha conosco a mesa.

Registro com satisfação a presença do Dr. Último Almeida de Oliveira, mesmo sendo “Último” foi um dos primeiros também a chegar neste ambiente; o Dr. Francisco Serafim de Barros, Secretário de Estado Adjunto do Tesouro Estadual, está conosco; o Dr. Kleber Geraldino Ramos dos Santos, Secretário Adjunto de Administração Fazendária, muito obrigado, Kleber; Dr^a. Maria Célia de Oliveira Pereira, Secretária de Estado Adjunta de Atendimento ao Cliente; Dr. Basílio Bezerra Guimarães dos Santos, Secretário de Estado Adjunto Executivo da Secretaria de Estado da Fazenda; Dr. Valdir Cereali, Auditor Público e Secretário da Segunda Relatoria do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Eu gostaria de convidar o Dr. Valdir para compor conosco a mesa, neste ato, representando o Tribunal de Contas de Mato Grosso; o Dr. Ricardo Dias Ferreira, Chefe de Departamento de Planejamento e Gestão do Ministério Público do Estado de Mato Grosso. O Dr. Ricardo também está convidado para compor conosco a mesa, representando o Ministério Público Estadual de Mato Grosso, por gentileza, Dr. Ricardo.

Quero agradecer a presença do Dr. Nasser Okade, Consultor Legislativo do Núcleo Econômico da Assembleia Legislativa.

Convido todos para, em pé, ouvirmos o Hino Nacional Brasileiro.
(O HINO NACIONAL BRASILEIRO É EXECUTADO).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS FISCAIS
DO 3º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 11 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Convido para compor a mesa o Deputado Max Russi, Presidente da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação.

Eu quero comunicar a todos que doravante presidirei esta Comissão Permanente, pelos próximos 12 meses. Quero avisar que gosto de ser pontual. Então, aviso àqueles que têm o costume de participar desta Comissão que zelem pelo horário, porque faço sempre questão de ser pontual.

Hoje estou começando com atraso, não é do meu feitio isso. Então, espero que ninguém se surpreenda doravante com esta Comissão. Esta é uma Comissão que se reunia a cada 15 dias e, na minha gestão, se reunirá - pelo menos nos primeiros meses - todas as semanas. As matérias todas serão rapidamente apreciadas e votadas, vamos fazer entregas, produzir nesta Comissão.

Então, já estou avisando desde já aos membros titulares desta Comissão, aos colegas Deputados, que faremos tudo para cumprir horário nesta Comissão. Todo mundo tem agenda lotada, superlotada, não dá para ficar esperando atrasos de 20, 30, 40 minutos. Tem Sessão daqui a pouquinho, tem Colégio de Líderes, tem Audiência Pública, nós temos que ser responsáveis com o tempo. Nem sempre eu sei que é possível cumprir, nem sempre, mas vamos procurar, dentro do possível, cumprir o horário.

Agradeço os convidados que atenderam a este chamamento e já passo, para sem bem objetivo, quero convidar... Composta a mesa, cantado o Hino Nacional, registradas as honrosas presenças de todos, passo a palavra ao ilustre Secretário e palestrante desta tarde, Dr. Rogério Luiz Gallo, que terá até quarenta minutos para a sua explanação, até quarenta minutos.

Com a palavra, Dr. Rogério Gallo, Procurador de Estado que atualmente exerce o cargo de Secretário de Estado de Fazenda.

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO - Boa tarde a todos! Gostaria de cumprimentar o Presidente desta Comissão, Deputado Wilson Santos, em nome de quem cumprimento todo o dispositivo neste importante ato, um ato de transparência, um ato republicano que foi introduzido pela lei de responsabilidade fiscal. Nós fazemos isso de bom grado, e é o que todo homem público deve fazer, esse momento de prestar contas e explicar números. Estamos aqui também com a nossa equipe técnica da Secretaria de Estado de Fazenda, estamos com a receita, estamos com a área do tesouro para prestar todos os esclarecimentos necessários em relação aos resultados fiscais do terceiro quadrimestre.

Aqui eu vejo representantes da sociedade civil organizada, sindicatos, cumprimento o Oscarlino, Presidente do SISMA; cumprimento os representantes dos aprovados no concurso para agente penitenciário; a imprensa; esperamos no final termos uma Audiência Pública bastante proveitosa e que todos saiam com os dados... Esses documentos, essa apresentação, não se preocupem em anotar, nós vamos também circular... ou por *e-mail*, enfim, entregar para quem quiser gravar essas informações para que possam ser livremente apreciadas.

Por favor, então... No primeiro quadro, na receita total de janeiro a dezembro, embora seja do terceiro quadrimestre, portanto dos últimos quatro meses de 2017, nós acabamos fazendo uma consolidação geral do ano de 2017, que é exatamente o objetivo desta apresentação.

Na receita orçamentária bruta, nós temos um comparativo do que foi realizado em 2016, o que estava previsto em 2017 e o que foi realizado em 2017; e as duas colunas em relação a 2016; e aquilo que foi previsto - o que é importante - é a última coluna lá, porque o previsto efetivamente é o que faz no orçamento, você fixar as despesas do Estado. Então, nós tivemos uma Receita, efetivamente, realizada de 19 bilhões, 800 milhões de reais. Entre o previsto e o realizado

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS FISCAIS
DO 3º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 11 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

nós tivemos uma queda de 4%, 4,6% do que estava estimado. Isso não fica com o Estado. Nós temos as chamadas deduções que são os repasses: 25% de ICMS; 50% de IPVA, que são as participações na Receita Tributária Estadual dos municípios que levam 2 bilhões, 661 milhões; do FUNDEB foram repassados 1 bilhão, 890 milhões. Ficaram com o Estado líquido 15 bilhões, 325 milhões.

Existe a receita intraorçamentária, que é uma receita que podemos chamar, falando aqui com a Anésia Cristina que é a contadora do Estado, de receita contábil, porque não é dinheiro novo. É o MT PREV! São as contribuições do segurado e contribuições patronais que são movimentações de recursos dentro do Orçamento do Estado, mas a arrecadação não é dinheiro novo. Por isso até colocamos em uma coluna separada. Dinheiro novo é aqueles 15.325. É dinheiro para que nós façamos frente a todos os compromissos do Estado. Então, chegamos a uma receita total de 16 bilhões, 554 milhões de reais, uma queda entre o previsto com o realizado de 10% que é reflexo, claro, de um ano difícil, de um ano complicado, ainda, do ponto de vista... De um ano difícil, de um ano complicado, ainda. Eu vou mostrar mais à frente, mas no ICMS isso se refletiu. Nós tivemos uma ligeira queda no ICMS. Se não fosse o FETHAB, que, infelizmente, é uma despesa vinculada, ou felizmente, que não serve para fazer frente às obrigações gerais do Tesouro, teríamos um problema, ainda, maior. Isso se reflete, basicamente, por conta da queda das transferências federais. Vamos mostrar isso mais à frente.

Temos, portanto, dois componentes muito importantes: temos uma queda da receita própria do ICMS, mas, temos uma queda, também, nas transferências federais e, inclusive, nas transferências do SUS de forma bastante acentuada. Quer dizer, a União foi viver sua vida na crise e deixou os Estados à mercê da sua própria sorte com todas as suas obrigações. E sabemos que são muitos os deveres que o Estado tem com o cidadão.

Esse é um quadro muito importante para explicar um número que circulou na imprensa nas últimas semanas de tal arrecadação de 25 bilhões.

Na verdade, a nossa Receita Líquida Orçamentária e Intraorçamentária, conforme eu falei no *slide* anterior, que é aquilo fica disponível para o Estado de Mato Grosso, é de 16,5 bilhões. Aí temos aquelas deduções que eu mencionei de 7 bilhões e 400 milhões e uma Receita Extraorçamentária que não enxergamos. Isso não está no nosso fluxo de caixa. O que é isso? Sobretudo, garantias e cauções. Quando um licitante vence uma licitação ele tem que prestar uma garantia, por exemplo, de 10% do valor do contrato. É uma licitação de 200 milhões de reais, então, ele deposita ao Estado 20 milhões de reais. Isso é uma receita extraorçamentária, porque é uma receita que eu não posso gastar. Então, esse 1,5 bilhão para efeito contábil é registrado, é contabilizado, mas não podemos utilizar, porque ele tem que ficar bloqueado em uma conta específica para ser utilizado quando e se houver um descumprimento daquele contrato que é aquela garantia. Então, é um dinheiro que não está disponível para o Estado. Daí se chega aos 25. Mas, vejam, é muito importante isso: o valor que fica disponível para o Estado de Mato Grosso e que ficou disponível no ano de 2017 para o Estado de Mato Grosso é de 16 bilhões e 500 milhões de reais.

Alguém pode aduzir: ah, eu acessei, hoje, esses *sites* de transparência que são muitos importantes, acessei o *site impostometro.com.br* e lá dá uma arrecadação tributária de 27 bilhões. O que é isso? Esses 27 bilhões são todas – talvez, não esteja bem explicado no *site* do *impostometro* - as receitas tributárias arrecadadas pelo Estado e pelos municípios mato-grossenses. Portanto, nós chegamos a esses 27 bilhões. É só para traduzirmos e ficarmos todos na mesma página em relação a esse dado da receita. Então, no *impostometro.com.br* quando fala de 27 bilhões de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS FISCAIS
DO 3º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 11 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

arrecadação eles são o que o Estado arrecadou, mas, também o acumulado de tudo que os municípios, também, arrecadaram.

Esses são os valores deduzidos da Receita que são repassados aos municípios, especificamente: o ICMS, que é o mais forte, 2 bilhões e 200; IPVA - 336; FUPIS - 500 mil que está indo, praticamente, à extinção com a Emenda Constitucional 87; transferências federais... Nós transferimos aos municípios mato-grossenses dessas bases 2 bilhões, 600 milhões de reais.

Receita Orçamentária, que é aquilo que nós podemos contar.

Aqui entram as receitas orçamentárias; receitas de capital, que são as operações de crédito, transferência de capital e outras receitas de capital que são as orçamentárias correntes, no valor de 19 bilhões, 600. A Receita Tributária é todo tributo arrecadado pelo Estado; as transferências correntes são as transferências, sobretudo, da União para o Estado; as receitas de contribuições e aí estão o FETHAB e as demais receitas correntes que são juros, correção monetária, daqueles tributos que são pagos em atraso e mais a dívida ativa.

Tivemos aí, então, essa realização.

O que é significativo e que acho que temos que fixar, que é mencionado naquele primeiro eixo que eu mencionei no início da fala, é que tivemos dois problemas: o primeiro problema foi a queda da receita tributária da nossa arrecadação, entre o que estava previsto com o realizado, de 2,3%; e uma queda das nossas transferências correntes. Tivemos uma queda de 4,1%. Em relação a 2016, por exemplo, tivemos uma queda de 6,5%.

Nas receitas orçamentárias de capital gostaria, também, de aludir, de trazer à luz essa questão, temos dois componentes muito importantes, que são: as operações de crédito e as transferências de capital. Quanto mais operações de crédito nós temos e quanto mais transferências de capital, quer dizer, quanto mais dinheiro o Estado consegue captar nos ministérios, em Brasília, mais há alívio para esse componente da receita orçamentária corrente.

É aí que eu menciono que a União, de fato, virou as costas não para Mato Grosso. Nessa crise ela virou as costas para os Estados e para os municípios brasileiros.

Vejam: em operações de crédito...

Quem dá operação de crédito no Brasil? O BNDES, a Caixa Econômica e o Banco do Brasil. Tivemos uma queda daquilo que estava estimado para o que realizamos de 75% e aí eu posso comentar uma operação de crédito que estava prometida pelo BNDES para o Pró-Escolas, que otimizáramos o nosso projeto Pró-Escolas, e acabou não vindo, exatamente, por essa diretriz governamental do Governo Federal de entesourar recursos no BNDES para se salvar, virando as costas, assim, para os estados e para os municípios. Vejam: é uma queda entre o que estava estimado do que foi realizado de 75%.

Para mim é o dado mais brutal. O dado brutal!

Sr. Presidente, Deputado Wilson Santos, olhe como esse dado é brutal.

Nós tínhamos uma expectativa de realizar, em 2017, 461 milhões de transferências de capital, de convênios com o Governo Federal e tivemos, efetivamente, realizado 41 milhões. Tivemos, então, dentre o previsto e o realizado uma frustração de 91%. Quer dizer, é dizer que o Estado teria condição, sozinho, de executar todas as políticas públicas que estavam sendo executadas e deveriam ser executadas, no âmbito do Estado, sem a presença da União Federal.

Esse dado, portanto, é muito significativo e explica, de fato, o ano financeiro, o exercício fiscal de 2017. Atentem, portanto, para esse dado.

No final, chegamos ao resultado entre o previsto realizado de uma queda de 4,8%, quase 5% negativos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS FISCAIS
DO 3º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 11 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

Aqui também é um dado da Receita Tributaria que expandimos, já apresentei; houve uma frustração de quase 1% no ICMS; as taxas tiveram uma frustração de 15% e na Receita Tributaria tivemos uma queda de 2,3%.

Podemos avançar?

Aqui as Transferências Correntes, fizemos questão de expor a participação da União com o Estado de Mato Grosso.

O nosso FPE, entre o previsto realizado, uma queda de 1%, e de 2016/2017 quase 5% no FPE.

Tivemos no SUS uma queda entre o previsto realizado de algo em torno de 20%.

Na Lei Kandir é um escândalo. Mato Grosso, até aproveitou aqui para passar uma informação, na última reunião do Conselho de Políticas Fazendária vai liderar uma comissão para exigir da União Federal, com articulação da nossa Bancada no Congresso Nacional, com articulação do Governador Pedro Taques e também com a participação do Supremo Tribunal Federal, porque essa questão está judicializada, que a Lei Kandir seja regulamentada por Lei Complementar.

É um absurdo que Mato Grosso contribua com quase 5 bilhões de reais de desoneração de ICMS tributaria num ano e seja recompensado com 28 milhões congelados desde 2002. Quer dizer, isso, de fato, é o que nos desequilibra.

A nossa matriz econômica, por sorte, é o agronegócio. O agronegócio, onde ele está implantado tem bons IDHs. Há uma discussão de taxaço do agro, mas nós podemos superar essa discussão se a União cumprir com o papel dela. E o papel da União, Mato Grosso contribuí para a balança comercial e o Estado não é recompensado pelo esforço que nós mato-grossenses fazemos em abrir mão de receita para favorecer a balança comercial da Nação, do Estado brasileiro, e não somos devidamente compensados. Nós recebemos migalhas.

O valor de 28 milhões de reais é um valor insignificante. E dizer o que do FEX? O FEX é algo que a União entende que não é uma obrigação deles. Eles dão por liberalidade. Isso não consta do orçamento da União e é um valor que os Estados têm que ficar fazendo uma articulação política absolutamente constrangedora, todos os governadores, representantes dos Estados exportadores, ficam numa condição constrangedora para ter esse repasse aqui sempre na última semana do ano.

Quer dizer, nós queremos colocar em Lei, de forma transparente, objetiva e que esses repasses aconteçam junto com o FPE em fluxos que nós possamos contar para o nosso fluxo de caixa, para as nossas obrigações e aí, sim, a União cumprir com Mato Grosso, assim como Mato Grosso cumpre com a União, produzindo e sendo o celeiro não do Brasil, mas do planeta.

Então, essa é a notícia que eu gostaria de passar. Eu conclamo a todos os setores da sociedade civil para nos organizarmos Essa Comissão que liberamos no CONFAZ com todos os Secretários de Fazenda vai produzir eventos, atos, e queremos que essa lei seja aprovada até junho para começarmos a receber, a partir de julho, porque até agosto é considerado o prazo que o Supremo Tribunal Federal deu. Nós discordamos disso, porque entendemos que esse prazo já venceu em novembro, mas eles colocam que o prazo é agosto, a União Federal, e querem prorrogar esse prazo por mais dois anos.

Quer dizer, a União quer continuar de costas agora não aos Estados, mas, sim, aos Estados exportadores ao não regulamentar a Lei Kandir.

O total das transferências, nós tivemos uma queda de quase 8%. É muito significativo para um Estado que depende de forma bastante expressiva dos repasses federais.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS FISCAIS
DO 3º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 11 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

Receita de Contribuições do MT PREV: tivemos uma queda entre o previsto realizado de 5,3%; o FETHAB, nós performamos bem. Temos lá, ainda, o FETHAB e o FETHAB Adicional.

Esse FETHAB Adicional, Sr. Presidente, Deputado Wilson, é uma discussão que eu acho importante fazer no momento de recuperação fiscal. Temos 2018 e 2019 como anos de recuperação fiscal. Sabemos que esse FETHAB Adicional se expira, o prazo dele, que é aquela dobra do FETHAB, em 31 de dezembro de 2018.

Nós estamos até conversando com a Equipe Econômica, com a Secretaria de Planejamento, com o Secretário Guilherme Müller, que aqui está também e nos honra com a sua presença, de eventualmente prorrogarmos até o final de 2019 para ficarmos então com esse FETHAB Adicional no mesmo período de recuperação fiscal. É algo que vai ser considerado, inclusive, na Lei de Diretrizes Orçamentária. É óbvio que isso depende de lei específica da Assembleia para alterar o FETHAB.

Mas eu creio que esse é um debate que deve ser feito, deve ser puxada essa discussão e que ela seja feita de forma muito transparente, ampla e objetiva, fazendo com que tenhamos esses recursos para 2019, que será um ano muito difícil. E as nossas estradas, sobretudo, que são beneficiárias desse FETHAB Adicional, que ele possa contar, em 2019, um ano complicado, ainda, por ser de recuperação fiscal, que ele possa contar com essa dobra do FETHAB que se encerra em 31 de dezembro de 2018.

É uma proposta, uma sugestão da Equipe Econômica para que alinhemos essa vigência do FETHAB Adicional com o período de recuperação fiscal, com a nossa recuperação fiscal que se encerra, sobretudo, os anos mais complicados, em 31 de dezembro de 2019.

Então, o dado aqui é o entre o previsto e realizado, o FETHAB, por conta da nossa matriz econômica, sempre tem uma boa performance. Entre aquilo que estava previsto e realizado houve um incremento de 1%, a despeito de no ICMS. Porém, é uma receita muito complicada, porque ela tem vinculações, só pode ser gasta para aquelas áreas que a lei menciona, que a lei destina. Então, nós não podemos utilizar, por exemplo, para o pagamento todo ele para além da DRE – (Demonstração do Resultado do Exercício) para pagamento da folha.

Essa é uma discussão... Um dia eu estava conversando com o Oscarlino sobre isso, que a receita corrente líquida em Mato Grosso tem essa contaminação, vamos dizer assim. A receita corrente líquida considera essa receita do FETHAB para compor o valor que você vai calcular as despesas com o pessoal. Só que essa é uma receita que não podemos considerar para efeito de pagamento de pessoal, a não ser do pagamento da folha da SINFRA, que é uma folha pequena.

Portanto, veja que há um problema aí conceitual, quando você coloca essa receita, que é uma receita bem importante no conceito de receita corrente líquida, só que esse dinheiro nós não podemos pagar a folha, não podemos gastar com o pessoal. Então, é uma distorção e isso, às vezes, não é compreendido.

Aqui são as demais receitas também por campo, isso é mais para tornar transparente, tornar público, como eu disse isso será devidamente publicizado e acho que podemos avançar. São as demais receitas correntes, que é aquele campo que eu mencionei inicialmente, que nós arrecadamos 2 milhões e o que são: receita patrimonial, receita agropecuária, industrial, receita de serviços, outras receitas correntes que foi bem expressivo.

Aqui, sem querer puxar sardinha, mas eu sei que esse é um tema inclusive dos servidores públicos, eu sou servidor público de carreira também, o Fórum Sindical é muito exigente nisso, acho que está certo, no ano passado, em 2016, foi arrecadado 42 milhões de dívida ativa. Em

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS FISCAIS
DO 3º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 11 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

2017 se previu arrecadar 66 milhões. No ano passado nós fizemos um grande trabalho de reposicionamento da cobrança da dívida ativa - vocês devem ter ouvido falar dos protestos, do encaminhamento dos devedores do SERASA, de penhoras, do IPVA - passamos a cobrar o IPVA, quase 1 milhão, nós temos 2 milhões de veículos emplacados e tínhamos 1 milhão de veículos inadimplentes, passamos a inscrevê-los em dívida ativa e encaminhar para o cartório de protestos e isso se traduziu numa boa receita.

Então, nós arrecadamos em 2017 três vezes mais. Arrecadamos 369% mais do que foi arrecadado em 2017 e 200% a mais do que foi estimado. Portanto, há espaço, e nós estamos trabalhando, há espaço e nós vamos continuar com esse trabalho de cobrança dos sonegadores e daqueles também inadimplentes.

Nós temos na Secretaria de Fazenda, na Secretaria de Receita Pública, comandada pelo Secretário Último, na fiscalização um trabalho de inteligência importantíssimo, isso já tem se traduzido em resultados, temos um posto fiscal agora virtual, eletrônico, que nós vamos começar a monitorar tanto as saídas quanto as entradas no Estado de forma virtual, de forma eletrônica, quer dizer, otimizando a nossa fiscalização, e percamos menos receita.

Temos bons resultados de receita e ainda entendemos que podemos melhorar. Faremos os investimentos necessários e tomaremos as decisões que forem necessárias para que a Secretaria de Fazenda lidere o resgate desses tributos que, infelizmente, às vezes ficam nas mãos de sonegadores e de inadimplentes.

Esse é um trabalho que deve ser feito.

Aqui estão os representantes dos ATEs, os Agentes dos Tributos Estaduais, o Leovaldo e João Bosco, a quem também cumprimento, que são parceiros nesse trabalho dos postos fiscais e das equipes volantes que faz a fiscalização da movimentação de cargas dentro do Estado de Mato Grosso, um trabalho importantíssimo.

Agora, fechando o campo da receita, temos que fixar.

A receita orçamentária corrente do Estado foi 19 bilhões e o que ficou com o Estado são 16,5 bilhões. Esse é um conceito que nós temos que ter, esses números estão no FIPLAN, são números abertos. Então, esse número de 25 bilhões, que se colocava, conforme foi dito, não é uma receita que fica disponível para o Estado, conforme foi mencionado, o que ficou disponível ao Estado são 16 bilhões e 500 milhões de reais.

Agora vamos passar às despesas.

Nas despesas orçamentárias estamos trabalhando com o previsto e o efetivamente empenhado.

Temos aqui o grande bloco, que é pessoal e encargos de empenho.

Isso aqui é do Estado de Mato Grosso. Isso envolve não só o Executivo, mas todos os Poderes e também os órgãos autônomos.

Dez bilhões, quatrocentos e sessenta e nove milhões foi o empenhado, aí têm os juros e encargos da dívida e as outras despesas correntes, que, sobretudo, são o custeio. Podem ver que houve uma... Isso aqui também de todos os Poderes vamos ver mais adiante um pouco separadamente, o que é do Executivo e o que é dos demais Poderes e órgãos autônomos.

Despesas orçamentárias de capital.

Há um dado significativo aqui, que acho que é o dever de casa, mais adiante eu vou dizer isso, mas eu posso adiantar.

Vejam que nós temos de forma sistemática, embora tenham crescido as demandas, mantido as nossas despesas de custeio. Não temos aumentado. Isso se deve a auditorias que foram

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS FISCAIS
DO 3º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 11 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

realizadas e a racionalização de gastos. Enfim, isso tem de fato ser mantido. Se não houvesse as auditorias, esse valor poderia ser maior. Chegamos a dados da CGE de uma economia, comparando a 2014, em torno de 1 bilhão de reais só em contratos e números que estavam majorados nos contratos, em combustíveis e em outros setores bastante representativos dos custeios.

O total da despesa orçamentária empenhado em 17, e corrigido 16 bilhões, 956; as intraorçamentárias, que eu já mencionei que são movimentações entre órgãos, uma despesa total de 18 bilhões, 347 milhões.

Aqui só para demonstrar ainda de todos os Poderes o quanto cresceu a receita tributária líquida e o que avançou as nossas despesas com o pessoal e encargos sociais.

Nós tivemos de 2014 a 2017 um aumento de toda a folha, uma variação de 79%, sendo que a nossa receita tributária líquida, que é a receita que podemos considerar de um modo geral para honrar esses pagamentos, que de uma forma geral não são receitas claramente vinculadas, então, há um descolamento de quase 30% entre o que aumentou a despesa com pessoal da receita tributária líquida.

É óbvio que nesse período tivemos um período de recessão econômica, de grave recessão econômica, de diminuição de repasses federais, que contaminaram esse dado, mas é importante mencionar que isso é bastante preocupante e vai indicar mais à frente um pouco nos indicadores de gastos com pessoal que já estamos no limite, mesmo usando o critério do TCE, prudencial.

Pode avançar.

Aqui estão os números por Poder.

Pessoal e encargos empenhados por Poder.

Então, o Executivo representa 8.790. Houve uma variação de 34%. Nós tivemos uma variação total, se você pegar o número do Estado de todos os Poderes de 2015 para 2017, saltamos de 7.850 para 10.469. Foi uma variação de 33%. O Executivo ficou nessa média. Temos o Judiciário com 37%, excedendo um pouco o que estava previsto; o Ministério Público 10%, manteve uma linha estável; a Assembleia Legislativa aumentando em 44% de 2015 para 2017; e o Tribunal de Contas 30%. Então, esse é o pessoal e encargos em valores empenhados por Poder.

Acho que esse é um dado também muito relevante, um dado importante, produzido pela Secretaria de Gestão, um dado que menciona porque cresceu tanto.

Eu acho que nós que estamos aqui não aguentamos mais apresentar explicações de por que a folha variou tanto e quais são os principais componentes dessa variação.

Isso está aqui explicado.

Em 2014 nós tivemos 18 leis de carreiras que foram aprovadas que impactaram. Começou em 5 bilhões e 500 - aqui já está só do Poder Executivo -, começamos em 5 bilhões e 500 e chegamos lá aos 8 bilhões e 700. Estou falando só do Executivo

Então, o que impactou?

Obviamente o RGA nesses quatro anos 1 bilhão e 200, e tivemos aqui os aumentos reais dados para as categorias, que deram 673 milhões. Esse impacto está concentrado em leis de carreiras aprovadas em 2014.

Então, esse é um dado muito importante para compreendermos o que efetivamente ocorreu em relação à folha de pagamento e aos gastos com pessoal no Estado de Mato Grosso. Foi essa avalanche de leis aprovadas em 2014 que, infelizmente, não consideraram o cenário de crise que já estava se avizinando.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS FISCAIS
DO 3º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 11 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

O problema não foram as conquistas de cada carreira. Isso é legítimo, é válido e quero ressaltar o respeito que nós temos por todos os servidores públicos indistintamente, seja de que carreira for, mas, do ponto de vista fiscal, e essa é uma Audiência Pública para discutirmos a realidade fiscal em um quadrimestre, óbvio que aqui estamos expandindo, como é o último para todo o Exercício de 2017, e esse é um debate que interessa tanto aos servidores porque nós em Mato Grosso, vamos mostrar mais adiante, chegamos ao limite da capacidade que o Estado tem hoje de honrar. Por isso que os 30 dias do mês não são mais suficientes, não suportam mais o pagamento de todas as despesas e é por isso que temos que chegar então até o dia 10 para efetuar o pagamento da folha.

Mais adiante eu vou mostrar o fluxo de caixa do Estado para verificar que os 30 dias de despesa do Estado, eu estou falando das obrigatórias, não cabem em 30 dias de receita. Em resumo essa é a mensagem.

Então, isso preocupou e isso preocupa de fato, porque foram leis que em 2014, todos nós lembramos, foi uma eleição muito difícil, já se apontava para um cenário de crise econômica de 2014 para 2015 e 2016 bem complicado, o País ficou dividido naquela eleição de 2014, foi uma diferença mínima, abaixo da margem de erro que definiu a eleição da ex-Presidente Dilma Rousseff e não se considerou no âmbito do Estado que o cheiro da crise, o cheiro de enxofre da crise já estava chegando. Então, isso de fato, essas leis poderiam ter esticado no tempo.

Nós já tivemos leis no passado que aprovaram uma carência para o Estado começar a pagar: olha, eu vou reconhecer o teu direito, mas como tem uma crise adiante, servidor - o servidor compreende isso -, eu vou começar a pagar daqui a três anos, daqui a três anos e meio, quando nós tivermos um cenário fiscal melhor, mas infelizmente ali naquele momento a discussão não foi essa e nós tivemos, então, dezoito leis de carreiras, aqui estão os números das leis que provam que de fato nos impactaram, nesses quatro anos, em 663 milhões de reais de aumentos reais, fora o acumulado de RGA, que é uma lei que foi conquistada a duras penas. Também lá em 2004 eu já estava no serviço público, foi uma lei que estabeleceu direito ao RGA em todo mês de maio, com um índice da variação da inflação no ano anterior, que é o índice federal. Então, isso impactou também, nesses quatro anos, um bilhão e duzentos. O infeliz da história é que de fato nós atravessamos, nesse período, uma grave crise que afetou as nossas receitas.

Mato Grosso teve, no seu comportamento, na série histórica de receitas, talvez, a pior queda dos últimos 30 anos. Nós tivemos 30 anos de crescimento de receita a números chineses, asiáticos e, infelizmente, nesse período tivemos a nossa pior crise em 30 anos. Isso eu estou falando apenas de receita. Não estou falando de PIB.

De PIB nós temos o Professor Guilherme Müller que poderá comentar mais adiante.

Vamos avançar!

Esse é um dado muito relevante: 18 leis de carreira em 2014.

O serviço da dívida, quanto nós gastamos de operações de crédito.

Isso são dívidas sobre tudo da Copa do Mundo. Então, são valores que nós devemos pagar basicamente: BNDES, Caixa Econômica e Banco do Brasil, além da dívida dolarizada do *Bank Of America*.

Pode passar!

Aqui é uma ênfase, apenas, nas Outras Despesas Correntes-ODCs do Poder Executivo para demonstrar que o Executivo tem feito o seu papel. Muito se diz: ah, o Executivo, também, não controla gastos, o Executivo é perdulário. Não é verdade! Se você pegar 2014 - isso eu

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS FISCAIS
DO 3º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 11 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

estou falado de despesas liquidadas, aquelas despesas já com o atestado de entrega do produto ou do fornecimento do serviço, da prestação do serviço -, tivemos, em 2014, quase 2 bilhões e 800 milhões; tivemos, em 2017, 2 bilhões e 600 milhões. Quer dizer, nós tivemos uma queda em 3 anos. Vejam que tivemos quase 400 milhões só de 2014 para 2015 que aqui já foram as auditorias, aqui foram extirpados os vícios que vieram à tona em delações. Naquele momento, não se tinha, ainda, delações e, agora, tem-se as delações. Antes das delações, o Estado, este Governo já estava fazendo o dever de casa que era, exatamente, cortar gastos e cortar gastos ligados à corrupção.

Então, tem aqui 400 milhões de reais em um ano. Isso é muito significativo, a curva do custeio. Todos que aqui estão podem imaginar! Isso acontece nas nossas casas. Se não controlarmos as despesas de casa, elas só crescem: consumo de energia, água, para quem tem esgoto, telefonia. Enfim, esses serviços fixos essenciais, eles só aumentam na economia doméstica.

O que dizer com um Estado que você teve num período de crise...

É bom lembrar aqui que tivemos um período de crise com as pessoas ficando desempregadas; quem tinha plano de saúde empresarial saindo do plano de saúde e indo para o SUS, com queda de transferências federais. Quer dizer, queda de repasses federais para fazer frente ao SUS. Tínhamos tudo aqui para aumentar isso aqui e estourar e nós fizemos o dever de casa: tiramos dos contratos algo em torno... É por isso que se diz: se pegasse o crescimento das ODCs e se projetasse o crescimento antes de 2015, estaríamos aqui a um bilhão a mais. É por isso que se diz que nós... Houve um trabalho! É uma determinação do Governador Pedro Taques, de fato, fazer esse corte aqui que isso beneficiou, certamente, outras áreas, conforme mencionaremos lá na frente, sobretudo, áreas prioritárias: saúde, segurança e educação. Então, isso é muito significativo!

Houve e o Governo fez, sim, o dever de casa! Houve na série histórica um corte, uma economia de 1 bilhão de reais e isso está provado aqui. Se isso aqui fosse crescer, estaria aqui em 3 bilhões e 600 e não em 2 bilhões e 600 milhões. Isso é muito significativo! É isso que faz, de fato, uma administração transparente e que respeita a Responsabilidade Fiscal e respeita, claro, o nosso dinheiro.

Por favor, pode passar!

Por grupo aqui!

Essa despesa orçamentária eu já passei em relação a pessoal e encargos, já está exaurido o tema.

Em relação às despesas, é isso que eu queria mencionar, vejam que em 2014 de toda receita orçamentária empenhada 24%, eram ODCs; em 2017, foi 23%, quer dizer, é aquilo que eu acabei de mencionar em números, foi feito, de fato, o dever de casa e há uma economia de um bilhão de reais em função desse trabalho de conter gastos desnecessários, gastos perdulários desnecessários e também gastos ligados a corrupção.

Aqui é um gráfico em pizza que demonstra a participação por grupos de despesas: 62%, pessoal e encargos; ODC 23%; investimentos e inversões financeiras 9%; e o serviço da dívida 6%.

Repasses devidos aos Poderes. Pode passar esse, daí voltamos depois.

Muito se fala, também, em relação aos Poderes. Nos últimos 10 anos nós saímos de 865 milhões de reais e chegamos, em 2017, a 2 bi e 100. Mas, se você observar, se for observado até 2014 - isso é muito importante - a variação de 2010 a 2013 dá em torno de 70% num período. Minto, 80%! De 1 bi foi para 1 bi e 800. Aqui teve um salto: 2015 de 1 bi 871 e aqui teve um salto de 30% e aí se estabilizou. O que eu quero dizer com isso? Que já era uma tendência, já era uma tendência se chegar ao tão falado orçamento real. Que era o quê? Ao invés de se dar um orçamento

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS FISCAIS
DO 3º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 11 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

baixo para os Poderes, subestimando as suas despesas, porque você subestimou a sua receita... Já era uma tendência aqui nesses anos e quem fez o orçamento de 2015 foi, ainda, o Governo anterior. Já havia a tendência de aproximar do orçamento real.

Então, de fato, houve 80% de repasse a mais, se você comparar o período de 2010 a 2011, 80%. E nesse período do Governador Pedro Taques houve um incremento de 30%, que todos já sabem que é o orçamento real e aí fazer a discussão com os Poderes e os órgãos autônomos de qual é a necessidade do ano. Não há mais aquelas vinculações.

Isso a PEC, corajosamente, Deputado Wilson Santos...

Esta Casa Legislativa deve ser elogiada. O Governador encaminhou uma PEC que no início foi incompreendida, mas, depois, se verificou que ela era necessária, lá houve muitas correções, uma das correções foi desvincular os Poderes da Receita Corrente Líquida. Os Poderes, agora, sentam à mesa e discutem as suas necessidades e aí se faz o orçamento para aquele ano. Quer dizer, é inconcebível que os Poderes em detrimento da sociedade tenham reservas financeiras, acumulem reserva financeira de um ano para outro.

O orçamento público e a receita pública devem se consumir no ano, Estado não existe – Estado no sentido amplo – para acumular. Nós não somos banco, o dinheiro que entra de impostos tem que ser revertido para o cidadão, é isso que se espera. Então, isso foi eliminado na PEC que hoje é a Emenda Constitucional nº 81 de 2017, não há mais vinculação, portanto os Poderes e órgãos autônomos, de um modo geral, não têm mais reservas financeiras, aí eles vivem de fato com os repasses que são feitos mensalmente, que são os repasses dos duodécimos, que nós temos honrado religiosamente em 2018, fazendo um esforço enorme, mas compreendo também a situação dos Poderes.

Então, houve essa correção, isso foi estruturante, não há mais vinculação de duodécimos ao crescimento da receita corrente líquida, isso era, inclusive, uma bandeira do mundo sindical, mas foi compreendido pelo Presidente dos Poderes, dos órgãos autônomos, que era uma medida sensata, uma medida correta, já que o dinheiro público deve ser revertido ao cidadão.

Vamos adiante!

Então, fica aqui a mensagem, no Governo anterior cresceu – sem querer ficar com revanchismo, mas é importante nós darmos esses dados – 80% o duodécimo dos Poderes e neste Governo cresceu 30%.

Esse é um conceito que nós estamos trabalhando – eu peço desculpa por a letra estar num tamanho pequeno, talvez nem todos consigam enxergar, mas como será disponibilizado podem trabalhar depois –, que é o conceito de receitas disponível no Tesouro, é o fluxo de caixa, é aquilo que fica para que o Estado, a Secretaria de Estado de Fazenda, a Secretaria Adjunta do Tesouro tenham no caixa para levar com suas obrigações.

Então, vamos lá, a receita que entrou ano passado foi de 10 bilhões e 300, foram repassadas essas receitas acumuladas, mais as transferências federais 02 bilhões; e outras receitas 03 bilhões, chegamos lá a uns 15 bilhões e 300. Lembram, podem falar “mas não eram 16 bilhões e 500”, lá considera, pela questão da contabilidade, a receita intraorçamentária, que é aquela do MT-PREV. Então, arrecadamos 15 bilhões e 300.

Os Municípios, do ICMS e IPVA, entrou dinheiro, toda terça, quer dizer o segundo dia útil da semana subsequente, você olha para trás, nós, toda semana, na Secretaria de Fazenda, olhamos para trás e verificamos o quanto foi arrecadado de ICMS de segunda a sexta, tiramos 25% e repassamos aos Municípios, isso do ICMS, do IPVA são 50%, e isso é encaminhado. Então repassamos, no ano de 2017, 02 bilhões e 800.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS FISCAIS
DO 3º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 11 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

O FUNDEB, o que é o FUNDEB? Toda terça-feira, também, da semana subsequente, se olha para todas as receitas tributárias, ICMS, ITCD, IPVA, taxas, enfim, em todas essas receitas aplicamos um índice de 20%, que está lá na Constituição Federal, e repassamos também para o FUNDEB, isso dá 01 bilhão e 400.

O que ficou no caixa então? Quando você repassa para Municípios, repassa para FUNDEB, sobram 11 bilhões. Desses 11 bilhões, no ano passado, nós repassamos 02 bilhões e 100, no ano inteiro, para os Poderes, repassamos o FETHAB dos Poderes também, que eles têm direito ao FETHAB. Outros, o FETHAB Combustíveis, aliás, esse FETHAB é o Adicional, o FETHAB Adicional, a dobra, o FETHAB dos Municípios, que não pertence a nós, que tem que ir para fundos específicos, não é um dinheiro que possa ficar no Tesouro para fazer frente as nossas despesas.

Pagamos a dívida com BNDES, Caixa Econômica, Banco do Brasil e Bank of America, isso dá o que? Deu mais 01 bilhão em 2017. E pagamos aqui ODC e Investimento, que é o último grupo, 01 bilhão e 600. Restos a pagar que nós pagamos de outro exercício, de 2016, 800 milhões, salvo engano, 858 milhões – é isso né? – 858 milhões. Nós terminamos no fluxo de caixa, isso é importante deixar claro, e aí nós conseguimos abrir essa mesma conta todos os meses num déficit de 223 milhões de reais, quer dizer nós não conseguimos chegar e pagar todo esse bloco de despesas aqui.

Pagamos os Municípios, pagamos o FUNDEB, mas, por exemplo, viramos o ano devendo para os Poderes e, sobretudo, ficamos devendo alguns fornecedores, aí entra de fato os fornecedores das Secretarias, que é o nosso custeio. Isso nós conseguimos fazer ser mensalmente, que é o fluxo de caixa, o dinheiro entra e para onde ele vai? Quer dizer, quando nós entramos e pagamos a folha no dia 10, não nos sobram recursos para o pagamento do custeio.

Agora vamos passar aos indicadores da avaliação fiscal. Tivemos, então, o resultado orçamentário... Uma receita total com a entrada, dentro, de 16 bilhões e 500 de reais, e tivemos uma despesa total empenhada, por isso que se diz que o tamanho do Estado não cabe dentro do que se arrecada em um ano... Nós tivemos um déficit de 01 bilhão e 600 milhões de reais. O resultado primário, portanto, a receita menos a despesa primária, foi de 945 milhões, no vermelho, de déficit. Isso está no anexo II e VI do 6º bimestre de 2017, publicado em março.

De janeiro a dezembro de 2017, nós pagamos de restos a pagar 01 bilhão e 357 milhões de reais. A nossa dívida, aí está toda ela, com a União, as operações de crédito... Tivemos uma relação entre a receita corrente líquida e a nossa dívida de 44%. Quer dizer, o Estado que tem uma dívida controlada, o nosso problema é a tal da CAPAG - Capacidade de Pagamento, se considerarmos o nosso endividamento pelo indicador do endividamento, ele é relativamente baixo, porém com todas as nossas despesas nós não conseguimos fazer poupança.

Quando não se consegue poupar, a sua capacidade de honrar compromissos novos é reduzida. Trazendo isso para a economia doméstica, fica bem fácil entender. Você está com 100% do seu orçamento mensal doméstico comprometido, como que você pode... Ainda que tenha uma dívida pequena, vamos supor, você tem uma dívida de 30% do seu rendimento, mas você tem tantas outras despesas, de plano de saúde, de despesa de energia, que você não consegue pagar um novo financiamento, embora você tenha um endividamento pequeno de 30%. Acho que entre linhas gerais, explicando, é isso.

Aqui a nova CAPAG é que nos coloca de fato numa condição complicada. Hoje, por conta, de fato, de liquidez, a nossa classificação é C, o que não nos autoriza a ter mais garantia da União. A União não pode garantir nenhuma operação de crédito para o Estado. Antes, a Secretaria do Tesouro Nacional considerava apenas esse indicador, ela considerava apenas o

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS FISCAIS
DO 3º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 11 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

endividamento, não considerava esses outros dois indicadores, que é da poupança corrente e do índice de liquidez. Então, temos um índice de liquidez baixíssimo, nós temos uma disponibilidade pequena de caixa, quer dizer, temos uma reserva muito pequena para o tamanho dos nossos compromissos financeiros.

Em resumo, nós perdemos nesse aspecto a nossa capacidade em função do crescimento das despesas, da queda das receitas em função da crise, nós perdemos a nossa capacidade de tomar novos empréstimos, com garantia da União, que é onde conseguimos os melhores empréstimos, que temos uma garantia soberana.

Agora, eu queria que houvesse a atenção, que, apesar da crise, nós temos um Governo que pode se chamar um Governo que priorizou muito a área social. E quando se fala em priorização da área social, é priorizar basicamente esses três blocos, é um Governo com um claro viés social em saúde, educação e segurança.

Só para falar do ano passado, em 2017, tivemos uma aplicação na saúde de 12,5%, de 01 bilhão e 300 milhões de reais; e, na educação, de 29,3%. O mínimo constitucional na saúde é de 12% e o mínimo constitucional na educação é de 26%, considerando a emenda constitucional aprovada pelo Deputado Wilson Santos, em 2015, que cresce a cada ano meio por cento até nós estabilizarmos, ao final de vinte anos, no percentual a ser aplicado em educação de 35%.

Então, em 2016 e 2017, um ponto, temos que aplicar 26% e o Estado aplicou 29,3%, aqui nós trazemos bem esse dado para demonstrar o quanto se priorizou essas áreas. Só para se ter uma ideia, em saúde se gastou quase 01 bilhão de reais em 2014; e, em 2017, quase 300 milhões de reais a mais, 01 bilhão e 300 milhões de reais.

Em educação, o que antes se cumpria... Mal se cumpria o índice. Vejam gente, 25,4% é quase o mínimo constitucional. Em 2014, 25,3%; em 2015, ainda trabalhando aquele outro cenário que era a execução do orçamento anterior de 25,7%. E aqui houve uma virada de chave. A virada de chave houve exatamente em 2016, onde se aplicou 29,2%. Vocês podem perguntar que o Estado tinha obrigação de aplicar 25,5% em 2016, então aplicou 04 pontos a mais. Para cada ponto, são 110 milhões de reais a mais, então, pode-se dizer que em 2016 – além daquilo que é o mínimo que a constituição determina – houve uma aplicação de 440 milhões de reais em educação, isso é muito significativo.

Isso de fato é revolucionário, é transformador. É aplicar na área em que as pessoas de fato vão se emancipar, e isso não foi apenas um ano isolado. Nós fizemos o mesmo movimento em 2017, que é o ano que estamos aqui prestando contas, também foram aplicados 29,3%. Quero dizer o seguinte: neste ano, nós aplicamos, como aumentou 0,5 ponto, lá atrás foi 440, aqui foram mais 350 milhões de reais. Nós aplicamos na educação, em dois anos, 800 milhões de reais a mais do que o mínimo constitucional, do que se faz no País afora.

No País afora, os estados e municípios mal cumprem o índice, batem na trave do índice, aqui não. Houve uma decisão estratégica do Governador Pedro Taques de aplicar em educação, investir em educação. Temos aqui, portanto, Presidente: 800 milhões de reais a mais aplicados em educação por decisão governamental. Isso são escolhas públicas, isso faz a diferença, isso é o que o cidadão tem que saber que são escolhas que demonstram para onde o nosso dinheiro está indo.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Por favor...só para...

O Estado construiu 43 novas escolas, isso representa uma nova escola a cada 27 dias; o Estado reformou aproximadamente 150 escolas, isso representa uma reforma a cada 08 dias; e o Estado pintou aproximadamente 200 escolas, o que representa uma escola pintada a cada 06 dias.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS FISCAIS
DO 3º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 11 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

Por isso que quando fiz a emenda à Constituição Estadual... Eu não era constituinte em 89, cheguei à Assembleia em 90, mas, a Constituição estabelece 35% minimamente para a educação. Isso nunca foi cumprido.

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO - A Constituição do Estado, não é?

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Do Estado.

Nunca foi cumprido, e como nós íamos ficar de ilusão, porque a natureza nossa é viver de indelével ilusão, esperando alguém cair do céu para em um passe de mágica saltar de 25 para 35, como se isso fosse possível acontecer, nunca aconteceu em Estado nenhum do Brasil... Eu propus que esses 10% de diferença fossem atingidos em até vinte anos e que houvesse um crescimento real do orçamento para a educação de no mínimo 0,5% ao ano. É por isso que foi possível fazer essas reformas, essas pinturas e construções. Para se ter uma noção, Excelência, o Estado de Mato Grosso possuía oito escolas técnicas, vai fechar o ano com dezesseis escolas técnicas. Nesses quatro anos, dobrou-se o número de escolas técnicas estaduais. Possuía uma Escola Militar Tiradentes, vai fechar este mandato com cinco Escolas Tiradentes, 400% de crescimento. E assim foi. É por isso que a educação...

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO - Em tempo integral, também, não é?

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Em tempo integral. Enfim, é por isso que a educação tem recebido recursos, mas tem demonstrado essa aplicação também.

Eu não me arrependo da emenda.

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO - Então, são escolhas que se traduzem em resultados e indicadores. Nós sabemos que os indicadores, o IDEB, os indicadores da educação são indicadores que mostram em longo prazo, então não é uma política pública que você investe e mostra ao cidadão: “Olha aqui, eu investi e já se traduziu nisso”. O que o Deputado Wilson Santos mencionou foram as transformações físicas, isso de fato, você passa em frente a uma escola reformada, uma escola nova, isso é visível, é perceptível a melhora, mas o significativo é que essa aplicação de dinheiro público vai se traduzir no médio espaço de tempo numa melhoria dos indicadores. Quer dizer, os nossos alunos, os alunos de Mato Grosso, da rede pública, ficarão alunos mais competitivos no cenário nacional. Então, isso é muito significativo, eu acho que deve ser louvado. E o espaço nosso, eu que sou um servidor público, é exatamente esse. Nós trabalhamos exatamente para que isso aconteça e para que esses indicadores, que são aqueles indicadores transformadores possam, de fato, levar as coisas adiante. Que nós tenhamos uma melhora significativa das condições de vida das pessoas, que nós tenhamos a renda média salarial do trabalhador em Mato Grosso melhorada, que nós possamos com isso melhorar o nosso IDH. Só melhora o IDH quem investe em educação. Isso, no futuro, gera emprego e gera renda, melhores empregos e renda.

Bom, e na segurança, foi um salto também muito contundente. Nós tínhamos em 2014 uma aplicação de 1,3 bilhão; em termos percentuais, 16% da nossa receita, e já em 2016, isso já saltou para 2,2 bilhões. Quer dizer, nós tivemos 900 milhões de reais em dois anos, isso por uma decisão também do Governador em investir em segurança pública. E manteve-se esse índice em 2017, um índice de 21% aplicado em segurança.

Tem um dado, e isso vocês devem ter observado, nós aumentamos o número de policiais militares, foram nomeados mais de 03 mil policiais militares. Existem os agentes penitenciários para serem nomeados também nessa área. Mas também houve... Nós tínhamos antes 350 viaturas da Polícia Militar, passaram a mais de 750 viaturas na Polícia Militar. Isso redundou em quê? Redundou numa percepção de melhora clara do ambiente de segurança. Nós vivemos ainda

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS FISCAIS
DO 3º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 11 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

no ambiente de insegurança, porque nós temos uma cena nacional muito ruim, mas os nossos indicadores de mortalidade, se nós tivéssemos mantido, fechamos 2017 com 900 mortes violentas em Mato Grosso. Nós tivemos, em 2014, 1.300 mortos. Quer dizer, caiu em números nominais de 1.300 para 900 em 2017. Isso também é indicador claro que significa o resultado na aplicação de recursos públicos. Então, além disso, se nós aplicássemos a taxa de crescimento de homicídios que vinha crescendo no Estado e é um parâmetro para o País, nós teríamos chegado em 2017, Oscarlino, a 02 mil homicídios em Mato Grosso.

É possível dizer, portanto, que se morreram 900 pessoas, e o nosso objetivo era que não morresse nenhuma pessoa, se nós tivéssemos 02 mil pessoas mortas e só ficássemos com 900, como ficamos, nós tivemos em torno de mil pessoas salvas. Isso significa claramente política pública. Isso significa que para onde o dinheiro está indo está surtindo efeitos. Isso significa que os servidores públicos da segurança pública estão efetivamente, com os recursos que lhe estão sendo dados, traduzindo em melhores resultados para a população.

Portanto, nós podemos carimbar um Governo que faz um governo com claro viés social. É um Governo que faz um governo social.

Sr. Presidente, houve o pedido da palavra por uma pessoa.
(ALGUÉM DA PLATEIA SE MANIFESTA - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Não vou conceder a palavra. Vossa Excelência pode terminar a palavra.

Depois o senhor será o primeiro inscrito. Você faz a pergunta. Qual o nome?

O SR. FÁBIO - Fábio.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Já está inscrito. É o primeiro.

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO - Só para não perdermos o rumo da apresentação.
A primeira pergunta já é a sua.

Aqui é um dado que coloca em números os valores empenhados em saúde, educação e segurança. É o que acabei de dizer.

Pode avançar.

Esse é um índice obrigatório, Presidente! Eu tenho, por dever da lei, que mencionar. É a despesa com pessoal dos Poderes, da Lei de Responsabilidade Fiscal, e os limites: o Executivo está 47,69% com o critério, a metodologia do Tribunal de Contas. Isso já nos coloca no prudencial com 0,3; 0,2, inclusive, já com o alerta emitido pelo Tribunal de Contas, em setembro do ano passado; o Poder Judiciário está em 5,37% de 6%; Assembleia Legislativa, 1,63% de 1,77%; o Tribunal de Contas Estado 1,07% de 1,23%; e o Ministério Público de 1,73% de 2%.

Portanto, aí eu mostro que há uma grande polêmica! Eu gostaria que todos se detivessem nisso. Há uma grande polêmica nacional sobre o critério que o nosso Tribunal de Contas adotou. O Tribunal de Contas retira da base o Imposto de Renda que incide na remuneração dos servidores públicos. Quando ele retira isso, ele reduz o valor gasto, quando você reduz o valor gasto, melhora o seu índice.

Então, colocamos aí, em verde, o critério do Tribunal de Contas; em vermelho, o limite máximo do Executivo - aí é só Executivo, prestando contas do Executivo -; os 49% são o que o Poder Executivo pode gastar previsto na LRF e aí aplicando o conceito da STN, do Manual de Demonstrativos Fiscais, o MDF, da Secretaria do Tesouro Nacional-STN. Quer dizer, a STN não aceita esse nosso critério.

Então, é um ponto que está sendo resolvido com a Secretaria do Tesouro Nacional, tanto que no nosso Balanço Geral nós colocamos as duas metodologias. Colocamos a metodologia

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS FISCAIS
DO 3º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 11 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

do Tribunal de Contas, porque temos uma resolução de consulta que é vinculante, que nos vincula, porque quem nos jurisdiciona, quem julga as nossas contas é o Tribunal de Contas, é a quem devemos respeito, à autoridade do Tribunal de Contas e a esta Casa que julga as contas do Governador do Estado. Portanto, nós respeitamos a Resolução do Tribunal, mas aplicamos, também, da STN que foi uma discussão. Como temos um plano de ajuste fiscal com a STN, ainda do, então, Governo Fernando Henrique, somos obrigados a passar a eles os índices de acordo com a metodologia que eles empregam no PAF, que é o Plano de Ajuste Fiscal.

E isso nos daria...

Se nós aplicássemos no 3º Quadrimestre de 2017 a metodologia da STN, que coloca o Imposto de Renda para dentro da base, estaríamos em 55% da Receita Corrente Líquida-RCL, quando fechamos com 47,77%, dentro do limite, mas acima do limite prudencial que é o que nos impede. Há todas as consequências que todos vocês já conhecem o que manda a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Isso é para ilustrar, então, que temos essa duplicidade de entendimentos: uma no TCE e outra do Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional.

Aí é o Anexo V do Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre.

A nossa disponibilidade de caixa... Isso é do Estado! Isso é disponibilidade de caixa bruta do Estado, mas quando eu falo Estado são todos os Poderes: Executivo, Judiciário e tudo mais.

RP liquidados e não pagos - 1 bilhão e 900 milhões; do exercício anterior 159 milhões; deixamos desse exercício - 1 bilhão, 750. Aí temos os Restos a Pagar empenhados e não liquidados anteriores a 2017 - 230 milhões; demais obrigações financeiras - 56 milhões, que nos dá uma disponibilidade de caixa líquida negativa de 92 milhões.

Vocês podem perguntar: então o Estado terminou bem com uma disponibilidade de caixa bruta de 2 bilhões e 100 milhões? É bom dizer que esse não é um dinheiro com o qual o Tesouro pode, por exemplo, pagar folha; que é um dinheiro que o Tesouro pode utilizar para repassar aos Poderes. Esse é um dinheiro de convênio, esse é um dinheiro daquelas garantias, operações de crédito. Por exemplo, dinheiro do VLT. Tem 190 milhões do VLT que estão parados aguardando a retomada da obra. Esses 190 milhões estão aqui dentro. Então, são dinheiros carimbados que não podemos utilizar, mas, segundo a metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal, isso deve ser considerado para efeito de disponibilidade de caixa líquida. É outra questão que entendo que é até uma distorção, uma incoerência conceitual da Lei de Responsabilidade Fiscal, porque se traduz em um número que não é verdadeiro. Quer dizer, o nosso problema é muito maior, o *déficit* é muito maior. Por quê? Eu não posso pegar esses 2 bilhões e 100 milhões para fazer frente a Restos a Pagar do Poder Executivo e nem do Poder Legislativo, do Judiciário muito menos. Isso se traduz meramente para efeitos contábeis e fiscais.

A mesma coisa aqui nos Restos a Pagar – Consolidado. De exercícios anteriores a 2017 estávamos com 391; do exercício 2 bilhões e 800. Só que é bom deixar claro que como a folha de dezembro é paga em 10 de janeiro é toda empenhada em 201, é liquidada em 2017 e vira como restos a pagar de 2017, mas os restos a pagar que você já liquidou, nós já liquidamos no dia 10 de janeiro de 2018. Então, deu um total de 3 bi e 200.

Nós tínhamos aquela disponibilidade financeira que eu mencionei que é um conceito, que não é uma disponibilidade real de caixa, ela é meramente contábil, de 2 bi. Houve um déficit financeiro de 1 bilhão e 100 do exercício anterior, o que demonstra que nós temos que adotar providências. E providências foram adotadas! A começar pela PEC dose Gastos, pelo endurecimento

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS FISCAIS
DO 3º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 11 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

da nossa política de cobrança da dívida ativa e, também, na Secretaria de Fazenda, na intensificação da sonegação fiscal para que cheguemos mais perto da ocorrência da sonegação do fato gerador.

A disponibilidade de caixa do Poder Executivo: vejam que tínhamos lá 2 bilhões e 40, mas o que fica com o Poder Executivo é 1 bi e 400. Portanto, 600 milhões estão com os Poderes. Aí você tem o FUNAJURIS, tem outras receitas, outras disponibilidades, melhor dizendo, que estão com os Poderes.

Então, se você pegar esses valores a partir do Executivo, a nossa situação é muito pior e muito pior mesmo que dos demais poderes.

Os nossos RPs liquidados: temos 1 bilhão, 778; 226 não liquidados anteriores a 2017; 43 de obrigações financeiras. Então, fazendo essa operação de disponibilidade de caixa líquida, que é pegar a disponibilidade de caixa bruta menos os restos a pagar, nos dá um déficit de 645 milhões. E não estou aqui a falar, ainda, dos restos a pagar que foram empenhados, mas não liquidados. Quer dizer, o serviço foi prestado, o produto foi entregue e, por algum motivo, não foi atestada aquela entrega do serviço ou do produto dentro de 2017. Virou para 2018. Então, temos 645 que, se somados com esses 900, dariam um descolamento de caixa de 1 bi e 500. De 1 bi e meio 500, que é exatamente esse número aqui: 1 bi 584. É essa demonstração! É isso o que nos faz, de fato, trabalhar com estratégias para a recuperação fiscal do Estado, que, uma, é a Emenda Constitucional nº 81, que nos permitiu renegociar a dívida do Estado com a União; a outra é a tentativa de compra da dívida do *Bank of America* pelo Banco Mundial a taxas maiores e alongando a dívida; e que, também, é esse debate que será feito aqui sobre o Fundo de Estabilização Fiscal, que é um percentual sobre a parte em que o Estado renuncia para empresas. Não é, portanto, um imposto novo, é aquilo que o Estado deixa de arrecadar por conta de renúncia fiscal. Estamos a colocar ali um percentual para que essas empresas recolham para o Estado de Mato Grosso durante doze meses para superarmos isso.

Nós precisamos, neste momento, de dinheiro novo, além, é claro, das estratégias que estamos a adotar na receita pública de arrecadação, como mencionei lá no início, com os nossos postos fiscais, trabalhando com inteligência fiscal, colocando a nossa inteligência da área de fiscalização mais perto da ocorrência do fato gerador para aquela sonegação nós consigamos não chorar o leite derramado, não ter que trocar a fechadura, tentar chegar antes da sonegação, antes que a porta seja arrombada.

Por favor!

Disponibilidade de caixa por Poder.

Aí é para dizer quanto cada Poder tem na conta. O Executivo tem um 1bilhão e 400 milhões. Mas é o que eu falei: convênio e operação de crédito, dinheiro que não podemos mexer, dinheiro carimbado. O Judiciário tem 490 milhões; o Ministério Público, 96 milhões; o Legislativo, 95 milhões; e o TCE, 11 milhões.

De acordo com a independência de cada um dos Poderes, eu não entro no mérito do que se trata, porque essa é uma informação que está no relatório FIPLAN, Relatório FIP 215, portanto, é uma informação de cunho público. Agora, do que são esses recursos, eu não sei e também não me atreveria a falar em respeito à independência dos Poderes.

Eu agradeço muito, Presidente, a tolerância. Os 40 minutos, nós chegamos a uma 1h13min, avancei 33min a mais, mas acho que foi importante, porque foi um apanhado não de um quadrimestre, foi um apanhado de um ano todo. Fizemos várias comparações e pudemos chegar a algumas conclusões. Tivemos um ano muito difícil do ponto de vista de caixa, um ano em que nós, de fato, não conseguimos encaixar toda a despesa do Estado obrigatória e essencial dentro da receita.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS FISCAIS
DO 3º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 11 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

Isso ficou claro. Nós deixamos um déficit no Executivo de um bilhão e meio e nos resta adotar as providências que já estamos adotando.

Nós estamos num momento de recuperação econômica, estamos superando essa crise, mas é importante o engajamento de todos. E quando eu falo engajamento de todos, não é apenas desta Casa, mas, também, dos Poderes, da sociedade civil organizada, do movimento sindical, que tenhamos sensatez para discutir aquilo que queremos para o nosso Estado no futuro.

Nós sabemos que sem recursos públicos não conseguimos produzir bons resultados. A prova é que quando temos recursos que é bem empregado, não é desviado, não é roubado, trazem bons resultados, bons indicadores. Vide a educação do Estado, vide a saúde que tem melhorado e vide aí, sobretudo, a segurança pública entre as demais áreas.

Então, nós vamos anunciar nas próximas horas, Deputado Wilson, um pacote de medidas que virão para esta Casa, o Fundo de Estabilização está entre elas, uma reforma tributária também está entre elas, nós vamos ali adotar medias que podem trazer o incremento da nossa receita e temos muito otimismo.

Eu quero trabalhar agora com a esperança. Nós falamos de um cenário muito duro de 2017, mas conseguimos fazer boas entregas.

Nós temos esperança que com as medidas que estão sendo adotadas e serão adotadas chegaremos a um cenário fiscal, ao final de 2018 muito melhor do que no final de 2017, e em 2019, aí sim, uma boa retomada dos indicadores fiscais, de resultados fiscais, que possamos chegar a um ponto, no final da recuperação fiscal, que não será em 201. Que possamos chegar em 2021 num equilíbrio que a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece não deixar que as receitas sejam iguais as despesas; que tenhamos restos a pagar com lastro, com dinheiro na conta para pagar. É isso que a Lei de Responsabilidade Fiscal preconiza e é para isso que vamos trabalhar, com responsabilidade e com respeito ao dinheiro público, porque se tem dificuldade, tem dificuldade com honestidade.

O dinheiro público está sendo bem empregado, não está sendo desviado, não está sendo roubado. Isso tem que se deixado claro. Se você tem em toda estrutura de administração deslizes, mas é isso que tem que ficar claro. Nós temos uma administração de mãos limpas feita, na maioria, por servidores públicos efetivos.

Eu sou um servidor público efetivo que fico muito honrado de estar no cargo de Secretário de Estado de Fazenda, e o governador deu espaço aos servidores públicos efetivos. Setenta e cinco por cento dos cargos comissionados são ocupados por servidores efetivos, por pessoas como eu, como muitos aqui que estou vendo aqui, agora, que são servidores efetivos e estão lá tomando as decisões e influenciando tecnicamente a boa tomada de decisões com as mãos limpas. É por isso que conseguimos, no momento de dificuldade, ainda trazer bons indicadores.

Se fosse a qualquer outro momento deste Estado, nós estaríamos aqui a apresentar números horríveis e políticas públicas igualmente horríveis. Os números, de fato, não são bons por conta da crise, mas temos bons resultados para mostrar.

Era isso que eu gostaria de dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito obrigado. Agradeço ao servidor Rogério Gallo.

Já temos aqui quatro inscritos: Oscarlino Alves, João Batista, Lucas Francisco Silva... Eu vou abrir uma exceção aqui, Sr. Fábio... Então, com a palavra, o Sr. Fábio.

Eu vou estabelecer a cada inscrito quatro minutos para fazer a sua observação, a sua intervenção.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS FISCAIS
DO 3º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 11 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

Apenas fazendo a seguinte observação: qual é o objetivo desta Audiência Pública da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária? É o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, quando o Estado tem a obrigação de apresentar relatório das Metas Fiscais, do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social relativo ao 3º Quadrimestre de 2017. Esse é o objetivo desta Audiência Pública.

Quero pedir a todos que fizeram as suas intervenções que foquem nesse objetivo.

Ok?

Então, Sr. Fábio, você tem até quatro minutos e depois o próximo inscrito é o Sr. Oscarlino Alves.

O SR. FÁBIO DIAS – Fábio Dias, da ASPEGO - Associação dos Servidores do Sistema Prisional.

Desculpa a todos! Eu não sabia que não podia interromper e levantei a mão, é a primeira vez que estou aqui.

A questão é voltada ao que ele estava explicando em relação à segurança pública. Ele falou dos investimentos e eu fiz, simplesmente, uma pergunta do sistema penitenciário: o que foi investido no sistema penitenciário? Ele exclamou o investimento da Política Militar, mas eu gostaria de saber do sistema penitenciário, já que ele trouxe esses dados da segurança pública.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – O Secretário Rogério Gallo deve estar num telefonema importante, vamos esperar mais um segundo.

Mas eu anotei aqui, Sr. Fábio. Obrigado pela sua presença.

O próximo inscrito é o Sr. Oscarlino Alves, depois é o Sr. João Batista.

(NESTE MOMENTO O SECRETÁRIO ROGÉRIO GALLO RETORNA AO SEU ASSENTO)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Como estamos ao vivo, Secretário Rogério Gallo, o Sr. Fábio questionou quais foram os benefícios implantados no sistema penitenciário. Não é isso, Sr. Fábio? Quer saber quais foram.

Deixa isso para depois.

Já pode? Já sabe? *Ok.*

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO– Fábio, eu sei que há uma angústia grande na nomeação dos agentes penitenciários, é a nossa vontade, há uma expansão do sistema penitenciário em Mato Grosso, temos unidades sendo construídas e unidades sendo reformadas.

Eu não sou Secretário de Justiça e Direitos Humanos e não tenho os dados de 2015 a 2017.

O Presidente colocou aqui o objetivo desta Audiência Pública, uma audiência pública para apresentação dos resultados fiscais, mas eu vou de cabeça aqui posso mencionar.

Nós tivemos, por trabalho do Governador e do Secretário de Justiça e Direitos Humanos, um investimento do Fundo Penitenciário Nacional, do FUNPEN, de 10 milhões, que melhoraram os equipamentos que são utilizados pelos servidores penitenciários, isso é uma realidade, é reconhecido, e há uma priorização sim.

Nós tivemos, por exemplo, no sistema penitenciário o investimento em tornozeleira eletrônica, em monitoramento eletrônico, isso alivia também.

Só para se ter ideia, isso é um dado relevante, nós tínhamos em 2014 300 pessoas em Mato Grosso monitoradas por tornozeleira eletrônica.

Sabem quantas nós temos hoje? Duas mil e quinhentas pessoas monitoradas.

Então, isso também é investimento e isso nos consome mensalmente em torno de 800 mil reais.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS FISCAIS
DO 3º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 11 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

Essas pessoas, essas 2.400 pessoas iriam certamente para o sistema penitenciário, que já está combalido. Então elas estão utilizando, por decisão judicial, um instrumento importante de monitoramento, o que demonstra também que esse é um governo que cumpre a lei, e cumpre a lei com rigor.

Também houve nomeações, mas, como eu disse, isso certamente já está sendo tratado pelo Secretário de Justiça e Direitos Humanos e eu não tenho esses dados para lhe passar, para lhe informar. Podemos inclusive fazer uma audiência depois e eu lhe passar todas essas informações, mas, eu de fato não tenho aqui o orçamento do Estado de Mato Grosso dos últimos 3 anos na cabeça.

Eu agradeço a sua pergunta.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – *Ok!*

Com a palavra Oscarlino Alves, Presidente do Sindicato dos Servidores da Saúde,
SISMA/MT

O SR. OSCARLINO ALVES – Boa tarde a todos!

Quero cumprimentar o Presidente dos trabalhos na mesa Deputado Wilson Santos, Procurador Rogério Gallo, professor Guilherme, da Secretaria de Planejamento; Secretaria de Fazenda; o Defensor, representando a Defensoria; o nobre colega aqui sentado à mesa também do Ministério Público? Representante? Promotor?

Estamos sentindo a falta aqui novamente, antes que eu comece a minha fala, registrando a falta aqui, imensamente, do grande beneficiário desse sistema, da opção política que foi tomada e continuada no Estado, que é o Tribunal de Justiça, que não está sentado à mesa aqui na apresentação e nós não vemos detalhes.

A apresentação está muito parecida, a metodologia de apresentação, Secretário, mas nós não vemos que os números...

Na verdade o senhor pulou uma transparência, não é?

Você falou: “vou voltar nela depois”. Você pulou acho que era a apresentação dos gastos com os Poderes.

(O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO DIALOGA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

OSCARLINO ALVES DE ARRUDA JÚNIOR – Parece que não foram feitas. É interessante saber, porque mesmo com os repasses não feitos pelos Poderes, os Poderes fecham com superávit de caixa ao final ao ano.

Nós sabemos que é um...

(O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO DIALOGA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

OSCARLINO ALVES DE ARRUDA JÚNIOR – Abre a transparência e explica na sua fala.

Então, não adianta chorar o leite derramado. Todos, todos, a população mato-grossense assistiu, sentiu na pele.

Nós vemos números positivos da segurança pública e vê números positivos de aplicação de recursos na área da educação, só que os números são latentes aqui na área de saúde pública.

O Estado de Mato Grosso aplicou 1 bilhão, 400 em 2016 da receita corrente líquida, sempre baseada no parâmetro mínimo da Emenda Constitucional nº 29, e já em 2017 1 milhão, 319, salvo engano o número. Então, já temos um déficit, um número menor de 100 milhões de reais. E nós vemos todo o reflexo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS FISCAIS
DO 3º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 11 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

Primeiro eu gostaria de saber, um esclarecimento, se está contemplada a receita advinda do Ministério da Saúde por meio das transferências federais para o SUS, que são os 300 milhões, se está dentro desses 1 bilhão e 300 milhões. E se não estiver, isso aqui não é pegadinha de vestibular, não é debate de candidatos na televisão, mas eu gostaria de saber, eu gostaria de um esclarecimento, tem um relatório no FIPLAN, o FIP 729, e recentemente o Governo teve alguns problemas advindos da questão de utilização de recurso do FUNDEB. Lá no FIP 729, salvo engano tem alguns lançamentos da ordem de 140 milhões de reais, do fundo estadual de saúde, que nos deixa entender que foram utilizados recursos do Fundo Estadual de Saúde proveniente do Ministério da Saúde, emprestado, porque a Lei Complementar nº 360, de 2009, permite empréstimo entre as Secretarias, e lá têm lançamentos mensais milionários, enquanto faltaram recursos para a saúde - estou construindo um raciocínio aqui, porque eu gostaria de esclarecimento -, enquanto faltou recurso para a saúde, já foi aplicado menos recursos oriundos da Fonte do Tesouro Estadual, e temos lançamentos mensais de milhões de reais que inteiram 140 milhões de reais dos 300 milhões - tudo indica dizer que é - com repasse com ônus depois da evolução. Do jeito que é permitida a Lei nº 360, empréstimo entre as Secretarias.

Eu gostaria de saber o que é verídico nisso? Se houve esse empréstimo, também, porque aí não caracterizamos desvio de finalidade. Talvez, até desvio de finalidade, porque o recurso é carimbado.

E nós falamos de FETHAB aqui. O FETHAB é um recurso carimbado através da lei estadual e a lei do SUS é uma lei federal. Então, não se mexe para folha de pagamento, não se mexe para a saúde, mas o FETHAB ajuda a custear os Poderes, inclusive, com sobras de caixa.

Quero saber se esses recursos foram desviados, emprestados, na ordem de 140 milhões, porque tenho relatórios oficiais. Eu gostaria dessa informação.

E dizer que não adianta chorar o leite derramado. Nós temos uma expectativa de que recursos, aportes sejam feitos para a saúde pública do Estado de Mato Grosso. Já inteiramos 16 anos sem concurso público na Saúde...

Já estou terminando.

...Dezesseis anos sem concurso público na Saúde. Há terceirização desenfreada com análise curricular.

Nós estamos contratando, Deputado, funcionário com análise curricular dentro da Secretaria de Estado de Saúde para trabalhar nos hospitais regionais, nas unidades públicas de saúde. O Estado não está contratando nem através de processo seletivo estruturado, nem através de concurso. Nós estamos fazendo análise curricular, a toque de caixa, para contratar trabalhadores e mão de obra especializada para cuidar da saúde da população mato-grossense. E o reflexo está aqui: precisa de gestão de custo, sistema de informação, tecnologia, melhorar. Nós estamos no meio sucateamento e colocar mais recurso.

Gostaria de esclarecimento nessa pergunta minha.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Com a palavra, o Secretário Rogério Gallo.

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Obrigado, Oscarlino, pela pergunta, pela intervenção.

De fato. eu avancei no *slide* seguinte nesse ponto. Depois, eu volto a sua indignação.

Só para fazer o enfrentamento aí.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS FISCAIS
DO 3º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 11 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

De fato, eu acho importante que todos os Poderes... Esta é uma apresentação. A Audiência Pública é do Estado de Mato Grosso e quando falamos aqui falamos em nome do Tesouro do Estado de Mato Grosso que contempla todos os Poderes e os órgãos autônomos, TCE, Ministério Público e a Defensoria Pública. Ali são números! É importante que haja a participação de todos, de fato.

Ali é para dizer o seguinte: no *slide* seguinte foi o que nós, efetivamente, repassamos aos Poderes e aqui o quanto nós ficamos a repassar que eu acho que é esse o ponto que o dirigente sindical, Oscarlino, mencionou.

Em 2016 ficaram 334 milhões de reais sem repassar. É bom dizer que naquele...
(O SR. OSCARLINO ALVES INTERROMPE O ORADOR – INAUDÍVEL.)

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Não, não! Isso está em dívida! Isso é dívida! É assim: o Tesouro do Estado deve aos Poderes 334 milhões distribuídos entre aqueles valores ali e mais 200 milhões de 2017. De fato, essa é uma questão importante, porque antes tinha aquela metodologia anterior que você gerava o orçamento dele com base na receita corrente líquida, no percentual. Então, isso acabava gerando despesas, receitas sem as correlativas, talvez, necessidades, e geravam *superávits* financeiros. Isso foi corrigido na Emenda Constitucional nº 81. Não há mais essa vinculação, mas nós reconhecemos pelas leis aprovadas, leis orçamentárias aprovadas, que há essa contabilização. Inclusive - não é, Cristina -, está contabilizado no Balanço Geral do Estado essa dívida do Tesouro com os Poderes. Como vai ser pago? De 2016 aqueles 334 milhões serão pagos com excesso de arrecadação a ser apurado no Regime de Recuperação Fiscal no valor só que utilizando só receita disponível. Por exemplo: não utilizando o FETHAB. Eu não posso dar excesso de arrecadação para pagar os Poderes do FETHAB, porque o FETHAB é um dinheiro que eu não tenho. Ele vem carimbado. Ele vem para algumas finalidades. Vejam: o excesso de arrecadação a ser apurada é o que se denomina de receita ordinária líquida do Tesouro. Nós vamos apurar o que estava estimado da receita líquida do Tesouro e o que foi, efetivamente, realizado. Aí, sim, houve excesso? Houve! Aí tem lá 20% desse excesso vai para pagar os duodécimos dos Poderes.

(O SR. OSCARLINO ALVES INTERROMPE O ORADOR – INAUDÍVEL.)

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Oscarlino, de fato, em respeito, até por ocupar um cargo no Executivo, eu não tenho essa informação e nem me atreveria a falar qualquer coisa sobre o orçamento

(O SR. OSCARLINO ALVES INTERROMPE O ORADOR – INAUDÍVEL.)

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Esse é um debate que tem que ser feito com os representantes dos Poderes em respeito à independência de cada Poder.

Esse era o *slide* que, de fato, temos que dar publicidade, demonstrar. Há essa dívida do Tesouro do Estado. Não é do Poder Executivo! É importante deixar claro isto: não é o Executivo que deve aos Poderes. Não há essa personalização. Quem deve aos Poderes é o Estado de Mato Grosso, é o Tesouro do Estado. Os valores estão ali e a forma de pagamento é essa que eu mencionei.

Para 2017, também, é a mesma metodologia, mas em 2018 é importante deixar claro que nós começamos um ano com muita dificuldade, nós deixamos de pagar o custeio de janeiro num diálogo que tivemos com os chefes de Poderes e dos órgãos autônomos, nós nos comprometemos que honraríamos os duodécimos doravante.

São dois repasses feitos mensalmente que totalizam em torno de 220 milhões de reais aos Poderes, um no dia 23 de cada mês, que é do custeio, no valor de 57 milhões de reais para todos os Poderes; e o outro entre os dois últimos dias de cada mês até o segundo dia útil do mês

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS FISCAIS
DO 3º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 11 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

subsequente. Então, nós temos 04 dias ali, no final do mês e início do mês subsequente, para fazer o repasse de valores relativos ao duodécimo da folha de pagamento dos Poderes, o que também vem sendo honrado.

Há uma ADPF proposta pela Associação Nacional dos Defensores Públicos, nós respeitamos a entidade de classe, mas entendemos que a melhor solução é o diálogo. Nós dialogamos no plano local e nesse diálogo conseguimos estabelecer prioridades e as formas de pagamento.

Acreditamos que podemos sentar, inclusive, faço convite publicamente para a Defensoria Pública para que sentemos à mesa e não coloquemos o Judiciário para resolver os problemas que podemos resolver. Eu já conversei com o Sílvio, Defensor-Geral, com o Márcio Dorileo e irei falar com o João Paulo, Presidente da ANDEP.

Certamente, esperamos chegar a um consenso, porque quem perde numa discussão como esta é o Estado de Mato Grosso, são as entidades que representam o Estado de Mato Grosso, que são os nossos líderes atuais, e não queremos que chegue a esse ponto. Então, em relação a essa questão dos Poderes está esclarecida.

Sobre essa questão, Oscarlino, a base que eu mencionei de 01 bilhão e 300 é receita tributária, é o percentual em que colocamos 12%, que tem que cumprir sobre a receita tributária própria do Estado. Aquele 01 bilhão e 300 e poucos é aquilo que arrecadamos no Estado, em que incide os 12%, houve aplicação...

(O SR. OSCARLINO ALVES FALA COM O ORADOR – INAUDÍVEL.)

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Não tenho notícia.

Aí, podemos, inclusive, fazer uma agenda específica sobre isso, sobre o ponto que você mencionou lá do relatório do FIPLAN. Em relação à saúde, respeitamos esses repasses federais, é recurso carimbado, não enxergamos esse recurso, esse recurso fica disponível para a saúde, assim como ficaram as emendas federais. Elas já vieram para prestar conta em relação aos 100 milhões de reais, elas vieram diretamente para o Fundo Estadual de Saúde, cujo gestor e ordenador de despesa é o senhor Secretário de Estado de Saúde.

Os 100 milhões das emendas federais, todos sabem, que aportaram nos cofres do Estado há um mês, há um mês e pouco, há 40 dias, não passaram pelas contas do Tesouro, pela Conta Única do Estado, há essa segregação em relação ao Fundo Estadual de Saúde. Mas se você tem alguma dúvida no relatório do FIPLAN, ofereço ali os nossos técnicos, vamos sentar à mesa, já há uma reunião marcada contigo para discutirmos outras questões no MT-Saúde, acho que nessa oportunidade podemos discutir esse ponto de pauta também.

Enfim, se não fica totalmente respondida, mas pelo menos fica encaminhada a resposta para o momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Próximo inscrito, João Batista, Presidente do Sindicato dos Servidores Penitenciários do Estado de Mato Grosso, que tem até quatro minutos.

Com a palavra, o Sr. João Batista.

O SR. JOÃO BATISTA – Boa tarde a todos.

Sr. Presidente, na verdade, Vossa Excelência falou aqui que a finalidade desta Audiência é debater a questão fiscal do Estado, os dois questionamentos que colocarei aqui são voltados para o Sistema Penitenciário, mas diz respeito à questão fiscal.

O Governador está divulgando por toda mídia por aonde ele vai passando de que vai resolver em parte o nosso problema com o déficit de efetivo no Sistema Penitenciário, inclusive

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS FISCAIS
DO 3º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 11 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

está aqui o pessoal que está classificado nesse último concurso e que já passou da hora de ser convocado, até porque o curso de formação vai durar de 05 a 06 meses.

Então, já tínhamos um problema sério no final do ano passado por falta de efetivo, que está se agravando principalmente agora com as facções criminosas tomando conta do Sistema Penitenciário. Os senhores acompanharam os últimos acontecimentos aqui e parte do que está acontecendo é exatamente pela precariedade que nós temos hoje no Sistema Penitenciário, parte pela questão do efetivo, porque eles observaram a nossa fragilidade lá dentro e atentaram, para nossa sorte, das vezes que atentaram, estávamos com pessoal do interior dando apoio e pudemos contrapor naquele momento, mas não quer dizer que vamos continuar fazendo isso.

Então, minha preocupação e minha pergunta para o Secretário Rogério Gallo é com relação à questão da convocação do pessoal, eu vi aqui, no que foi apresentando, que nós estamos no limite de 47%, o Governador fez o compromisso e mais que a questão do compromisso, tínhamos uma necessidade que diz respeito também às políticas de segurança pública.

Segundo questionamento diz respeito a um Projeto de Lei do Deputado Wilson Santos, Presidente da mesa aqui, inclusive com quem estive ano passado, que é o projeto da isenção do ICMS para compra de armas, munição e colete para os profissionais da segurança pública.

É de suma importância, para nós que atuamos nessa área, que tenhamos esse incentivo por parte do Estado, vimos o que aconteceu recentemente, muitos servidores não faz aquisição, embora digam que o salário do servidor público é um salário bom e razoável. Há categorias, principalmente no Sistema Penitenciário, que não têm um salário razoável para comprar uma arma de 5, 6, 7, 8 mil reais, nas conversas que tivemos, inclusive, esse Projeto de Lei vinha nessa direção.

Tenho conhecimento de que há um Parecer, se não me engano, da Comissão de Constituição Justiça e Redação pela inconstitucionalidade por conter vício de origem, tendo em vista que está partindo da Assembleia Legislativa. Mas, no final do ano passado, nós sentamos com o próprio Governador e, intermediado pelo Secretário da Casa Civil - naquela época o Secretário Maxi Russi - e foi acordado com o Governador que seria publicado um decreto, concedendo a isenção do ICMS.

Há um mês, eu estive em Brasília, em uma Audiência Pública, discutindo a criação da Polícia Penal, e para a nossa surpresa, um Deputado do Rio Grande do Sul nos colocou que o Secretário de Fazenda do Estado de Mato Grosso, na reunião do Confaz, dentre mais outros seis Estados que estavam lá, votou pela não concessão do ICMS para compra de armas, munições e colete para profissionais da segurança pública.

Aproveito para fazer o pedido, pelo visto não deve ter sido o Secretário Rogério Gallo, pode ter sido o Secretário anterior. Peço que olhem com carinho essa questão aí.

Porque nós que estamos na linha de frente sabemos muito bem o que é ter que se mudar da sua casa, de madrugada, depois de ter tido sua casa alvejada.

E minimamente um colete, uma munição... Nós sabemos que o Estado não irá colocar um policial militar acompanhando cada servidor nosso para dar segurança. Mas o Estado pode nos incentivar a garantir nossa segurança.

Queria só que o Secretário respondesse essa questão com relação ao pessoal aqui, e com relação à isenção do ICMS.

Com relação ao recurso, que veio do Fundo Penitenciário Nacional, na verdade, nós temos que agradecer ao STF, porque foi o STF que determinou o descontingenciamento de mais

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS FISCAIS
DO 3º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 11 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

de dois bilhões do Fundo Penitenciário Nacional, que aí sim, é o recurso que o sistema penitenciário de Mato Grosso tem para investimento.

Porque praticamente nos últimos cinco anos - e eu peguei com o Secretário Fausto José Freitas há poucos dias esses dados - nos últimos cinco anos, o investimento no sistema penitenciário foi ínfimo, aumentamos aí quase... temos mais de dois bilhões no policiamento ostensivo e investigativo.

O produto desse trabalho vai para o sistema penitenciário e não foram construídas vagas.

Existe um vício, um círculo vicioso, o indivíduo tem 10, 15 passagens, volta aqui para a rua e continua cometendo crime, porque investiram realmente na segurança pública, policiamento ostensivo e investigativo, na inteligência, mas lá na ponta, não aumentaram o efetivo, não construíram vagas, e as pessoas que cometem crimes estão aqui na rua.

Para encerrar, Sr. Presidente, só mais uma colocação: no meu ponto de vista, aumentar a tornozeleira eletrônica de 300 para 2.500 não é mérito, é mérito quando a gente diz que são utilizados naqueles presos que têm o direito à progressão de regime, que aí sim o Estado tem um controle sobre ele. Mas, hoje, o Estado de Mato Grosso está utilizando tornozeleira eletrônica como sendo vaga de presídio, não sou eu que estou falando, e sim o Juiz da Vara de Execuções Penais.

Então, para nós não é mérito, embora o gasto de 280 reais com aluguel de uma tornozeleira... E o preço de um preso, hoje, o custo é 2.800 reais, há uma economia, obviamente, o Estado está fazendo uma economia, mas essa economia está sendo passada ao cidadão na ponta, o cidadão da rua está pagando por essa economia. No mais, o meu questionamento é esse.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Com a palavra, o Secretário Rogério Luiz Gallo.

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO - Sobre tornozeleira, é importante deixar claro que o Poder Executivo não tem qualquer ingerência sobre isso, quem manda colocar e tirar a tornozeleira é o Poder Judiciário por decisão judicial. Então, não é uma política do Poder Executivo trocar uma pessoa que tem que ficar reclusa num ambiente fechado para uma tornozeleira, isso é um pedido do Ministério Público com autorização judicial, não é uma política de Estado. Entendo a sua crítica, mas não é uma política do Poder Executivo. É óbvio, é outra discussão, mas quem fixa isso não é a política do Governador: "Ah! Eu vou trocar uma pessoa que ficará enclausurada pela tornozeleira." Nós damos as condições, as condições atuais de fato são de tornozeleira eletrônica, mas aumentou muito fortemente o número de pessoas que estão hoje sob custódia por monitoramento eletrônico.

Nós queremos também agradecer ao sistema penitenciário, aos servidores que tem feito um combate, uma guerra silenciosa, cujos detalhes não podem ser revelados, mas nós sabemos que corporações, facções, quadrilhas ainda não tomaram Mato Grosso por conta de vocês, por conta do trabalho do sistema de segurança pública e do sistema prisional. No País, isso já é uma realidade e em Mato Grosso é travada uma guerra corajosa, silenciosa, liderada pelos servidores públicos, pelos militares, pela Polícia Judiciária Civil, comandada pelo Secretário de Segurança, pelo Governador do Estado. Só para deixar claro que nessa questão das tornozeleiras, quem fixa isso é o Poder Judiciário, não é o Poder Executivo quem define.

Sobre as nomeações, não há a menor questão em relação ao interesse, à disposição, à vontade e à necessidade de se nomear os agentes penitenciários. Esse é um ponto que tem que ficar claro: é uma necessidade e um desejo do Governador do Estado, é um compromisso dele. Existem

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS FISCAIS
DO 3º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 11 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

obstáculos legais para que isso seja feito. Nós temos uma lei, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece que quando você está num regime prudencial você não pode fazer novas nomeações. O que nós vamos trabalhar? Inclusive, eu participei de uma reunião em que discutíamos o que fazer, dada a necessidade e dado o entrave legal. Como que eu vou deixar o sistema penitenciário desguarnecido? Nós estamos aqui em uma situação, em um estado de necessidade... Agora, o Governador não pode ser punido, ele pode ser punido por improbidade administrativa por nomear o servidor em um regime que está proibido, é uma vedação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, nós vamos equacionar isso, tenho certeza de que vamos conseguir chegar a um bom termo, e o nosso objetivo é que isso seja feito dialogando com o Ministério Público e com o Tribunal de Contas. E o Tribunal de Contas tem um papel fundamental, é quem fiscaliza e nós vamos propor e discutir... E o Secretário Fausto está com a determinação do Governador e está trabalhando para que isso ocorra, e o nosso objetivo é fazer isso com segurança jurídica, inclusive, com segurança jurídica para os que serão nomeados, porque não adianta nomear, lá está dito: será nulo de pleno direito se você fizer uma nomeação nessas condições.

Pode ter uma representação do Ministério Público de Contas, por exemplo, de um Conselheiro dar uma cautelar e suspender essas nomeações. É a “vitória de Pirro”, você ganha, mas não leva. Então, nosso objetivo é fazer com que vocês sejam nomeados, mas com segurança, fazer com segurança. Que nós tenhamos condições de nomear vocês, mas nomear com a certeza de que, primeiro, o Governador não cometerá um ato de improbidade e, segundo, que esse ato será mantido se combatido for. Então, nós vamos dialogar para que tenhamos um Termo de Ajustamento de Gestão com o Tribunal de Contas e que permita então essa nomeação. Acho que é isso.

Sobre a isenção, não foi no nosso, no nosso... com a minha participação...

(ALGUÉM DA PLATEIA SE MANIFESTA - INAUDÍVEL.)

O SR. ROGÉRIO GALLO - Mas aí nós temos que aprovar antes em um CONFAZ. Nós vamos inclusive verificar se em mais outro Estado tem essa demanda...

(ALGUÉM DA PLATEIA SE MANIFESTA - INAUDÍVEL.)

O SR. ROGÉRIO GALLO - Nós podemos... Já tem em Mato Grosso do Sul, nós podemos fazer a cola. Então, já tem uma solução para isso, nós vamos encaminhar, estudar primeiro o impacto fiscal e encaminhar aqui para a Assembleia um projeto de lei prevendo essa possibilidade, colando, e é isso que estabeleceu o Convênio 190...

(ALGUÉM DA PLATEIA SE MANIFESTA - INAUDÍVEL.)

O SR. ROGÉRIO GALLO - Não. O Decreto não pode porque a Constituição estabelece que você só pode conceder isenção, renúncia fiscal por lei. Então, tem que ser por lei e nós vamos encaminhar por lei aqui para a Assembleia Legislativa. Mas, não tenho dúvida da sensibilidade dos senhores Deputados em aprovar uma matéria dessas, com a agilidade que se faz necessário.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Quero responder aqui, João.

Eu acabei deixando a Assembleia, fui para a Secretaria das Cidades, mas, voltei na semana passada, e esse é um dos três principais projetos que eu vou concentrar fogo na minha atuação. Independentemente de líder, de governo, vice-líder, eu vou concentrar fogo, porque eu sinto isso na pele. Eu tenho familiares que são policiais, foram eles que me estimularam a apresentar este projeto e eu acho uma necessidade. Muitas vezes, o policial trabalha com o armamento dele, com o colete dele, por uma série de razões que não cabe aqui e agora fazer esse aprofundamento. Então, eu vou levar a cabo esse meu projeto! Não terá nenhum problema se eu precisar rasgá-lo, jogá-lo fora e

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS FISCAIS
DO 3º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 11 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

o Executivo fazer um projeto e mandá-lo para cá. Não interessa! Para mim o de menos é o autor disso. O que eu quero atingir é o resultado. Esse resultado é necessário! É importante!

O pessoal concursado do setor de Agentes pode contar conosco, também. Eu estou com o gabinete aberto, à disposição e quero recebê-los dentro das possibilidades. O Secretário Rogério Galo é duro. Tenho dito que foi uma extraordinária novidade o Rogério Galo na Secretaria de Fazenda. Ele está indo muito bem! É disciplinado, trabalhador, inteligente, conhece o Estado e vivenciou a experiência de Procurador-Geral do Município de Cuiabá por 4 anos e foi excelente; foi Prefeito de Cuiabá por algumas semanas. Então, é um quadro novo que está surgindo para o Estado que é tão carente de novas lideranças, de gente nova. Eu fico muito feliz, pois, já subi a montanha e já estou ladeira abaixo, indo embora. Eu, que já estou procurando o caminho da roça e voltando para casa, fico feliz quando vejo surgir novos talentos.

O Estado precisa de novos talentos e de alguém, Oscarlino, de dentro do serviço público, mostrando que tem muita qualidade o serviço público.

Eu disse por várias vezes a ele: o que você está fazendo aí, Gallo? Passou da hora de você pedir exoneração e ir embora, de abrir seu escritório e ficar rico em 3, 4 anos com o talento que tem na área advocatícia. Ele é um baita de advogado administrativo, fiscal, contábil, mas gosta do serviço público. Ele vai acabar, qualquer hora, sendo eleito qualquer coisa neste Estado.

Espero que se lembre de mim quando eu estiver aposentado no meu modesto sítio, em Chapada dos Guimarães. Mande, pelo menos, o convite.

Com a palavra, o último inscrito, Sr. Lucas Francisco da Silva, Presidente da Comissão dos Aprovados.

Use o microfone aqui, Lucas, para ficar registrado.

Quero pedir aos *cameramens* que filmem aquela faixa para registrar para toda sociedade, pois é um pleito legítimo, honesto e está sendo feito de maneira disciplinada, educada.

O SR. LUCAS FRANCISCO DA SILVA – Boa tarde a todos!

Boa tarde a toda mesa; boa tarde, Sr. Presidente, Deputado Wilson Santos; Procurador Rogério Gallo.

Primeiramente, quero fazer um agradecimento aos 2.471 agentes penitenciários que, hoje, estão no sistema, porque, se não fossem eles, a sociedade que temos, hoje, estaria muito pior.

Quero agradecer o apoio deles, porque eu sou, apenas, um, mas estou representando 1.301 aprovados.

Farei duas perguntas ao senhor, Rogério Gallo, para que no final possa nos responder.

Qual é, hoje, o limite de responsabilidade fiscal que o Estado tem e qual é o que ele pode chamar?

Segundo: tem previsão dessa reunião de ajuste do Governo para convocação dos aprovados?

O senhor pode responder ao final! Só para...

Eu vou fazer uma breve explanação aqui para todos terem ciência do que a categoria pede.

Em novembro de 2016 a Secretaria de Justiça de Direito Humanos fez uma justificativa técnica dizendo ao Governo do Estado de Mato Grosso que seriam necessários, em 2016, para equilibrar o sistema 1.491 servidores. Esse número não sou eu que estou falando. Está no *site* da Transparência e no *site* da SEJUDH.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS FISCAIS
DO 3º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 11 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

O.K!O Governo fez sua parte e, em novembro de 2016, abriu o edital. Nesse edital para abrir concurso público ele tem que fazer um planejamento de quantas pessoas vai contratar, de quantas pessoas vai ter e qual o acréscimo na folha. Esse estudo foi feito. Foram planejados 3.109 novos servidores. Três mil, cento e nove! Vou dividir aqui: 1.964 agentes masculinos, 872 agentes femininos, que dão 2.826, e mais 286 profissionais de áreas específicas: advogados, enfermeiros, psicólogos, todos de nível superior, ou seja, 3.109 vagas. Então, o planejamento era para isso.

Abriu-se o concurso, fez-se prova objetiva, física, psicológica, 6 meses de investigação social. É muito tempo! Dava para descobrir muita coisa. Tudo bem! Ao final disso, temos apto, hoje, a serem nomeados 1.301. Isso representa 41% do pedido. Não conseguimos entender isso! O Governo planejou 3.109 e não consegue cumprir 1.301.

O Governo fez 01 *live*, fez 02, fez 03. Foi a toda imprensa e disse que eram 160, aumentou para 166 e foi para 200. Tudo bem! Duzentos representam 7% dos 3.109. É pouco! Pouco!

Ele diz que aumentou a segurança! Como o Presidente do Sindicato disse, realmente, aumentou! Eu tenho o número exato: 3.663 novos agentes, policial militar, policial civil, bombeiro militar. Nós, agentes penitenciários, entendemos que, sim, são necessários todos esses profissionais, mas, é o seguinte, ele aumentou as investigações, aumentou as prisões e não aumentou nenhum... É zero! O último nomeado para o sistema penitenciário foi em 2013, na gestão passada. A gestão passada colocou mais 900 agentes penitenciários no sistema. Então, espera aí: 900 menos os 2.400? Eu tinha 1.500 agentes para cuidar de 8.500 presos, em 2013. Na gestão Pedro Taques, 2015 a 2018, foram mais de 160 fugas. Não sou eu quem está falando! Está no *site* da SEJUDH, em todas as matérias. Eu poderia falar aqui de mais de 20 fugas e tentativas: motim na PCE... Tudo este ano: motim na PCE, fuga em Rosário Oeste, em Rondonópolis explodiram o muro...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Lucas, eu concedo a você mais um minuto, por gentileza.

(O SR. DEPUTADO MAX RUSSI ASSUME A DIREÇÃO DOS TRABALHOS ÀS 16H21MIN.)

O SR. LUCAS FRANCISCO DA SILVA – Finalizando!

Tudo isso é por quê? Porque não tem efetivo. Se tivesse efetivo, em Poconé não teriam fugido. São 83 presos para 02 agentes, sendo 01 feminino e 01 masculino. Eu quero ver quem de vocês aqui que tem coragem de colocar uma pistola na cintura, pegar a chave da cadeia com 83 marginais, porque se estão lá são presos, ficar lá e falar assim - são 42 para cada um -: e aí, você pega qual? É essa sensibilidade que nós queremos do Governador, do Secretário, do Procurador.

Eu finalizo agradecendo o apoio dos 1.300 agentes. Tenho certeza que todos nós daremos a vida para protegermos a sociedade, porque o que pedimos aqui não é nada mais do que um direito nosso. É uma obrigação de o Governo dar posse para cada um para quê?...Segurança, saúde e educação não é gasto, não é despesa! É investimento!

Eu agradeço a todos!

Se o Secretário Rogério Gallo puder responder a minha pergunta, eu agradeço.

Muito obrigado!

Boa tarde a todos! (PALMAS)

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Lucas, como eu já mencionei na resposta anterior, há um quadro de necessidade. O que é feito pelos atuais agentes é algo digno de elogio, é silencioso. Felizmente, a sociedade não sabe, porque a sociedade acaba sabendo quando acontece um derrame de sangue. E só não acontece derrame de sangue, porque vocês estão lá na primeira trincheira, na primeira frente de trabalho de contenção dessas facções. Então, é algo que nós

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS FISCAIS
DO 3º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 11 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

respeitamos muito e incentivamos que seja, cada vez mais, melhorado o sistema, seja com investimentos, com a melhoria das condições de trabalho, mas, também, com a nomeação. Não tenho dúvida! Eu acho que esse é um ponto superado.

Hoje, ainda, está vigente o 2º Quadrimestre. É apurado quadrimestralmente. No 2º Quadrimestre de 2017 tivemos o estouro dos 90%. Isso nos impediu, inclusive, de darmos alguns aumentos que estavam previstos em leis e que não poderiam ser implementados, inclusive, por determinação do Tribunal de Contas.

Esse índice, seguindo os critérios do Tribunal de Contas, ainda, estão limítrofes. Você viu aqui que nós chegamos a 47,69% no limite dos 90%.

É esse debate que nós queremos fazer. Se adotarmos da STN, estamos acima e muito, no 3º quadrimestre estaríamos em 55%, estourando e muito os 49%.

Então, a nossa construção é diante de um estado de necessidade, que é reconhecido por nós, pela Administração Pública, e diante do que impõe a Lei, como é que conseguimos fazer o atendimento ao interesse público na nomeação? É esse trabalho que vamos levar para que tenhamos o Termo de Ajustamento de Gestão.

É específico, João, porque se abrirmos uma exceção, existem inúmeras outras categorias que também estão com o mesmo pleito. Então, há que se ter aí um sentido, de fato, de urgência e de emergência na tomada dessa decisão. É essa justificativa que nós queremos levar.

Ah, você perguntou lá em relação aos estudos de impacto. Por que não se levou em consideração? Jamais se esperou que nós tivéssemos uma contaminação da crise nacional do tamanho que foi na economia do Estado de Mato Grosso. Tivemos, de fato, um comportamento da receita que nos trouxe essa deterioração da nossa condição fiscal que levou a esse problema do indicador de gastos com pessoal.

Então é isso, é trabalhar com o futuro. Não é fácil. Não é, Luiz Ormond? Trabalhar com o futuro, trabalhar com o apontamento de cenários fiscais... Veja o quanto o próprio Banco Central, nas projeções de PIB, o quanto se errou no Brasil. De fato, é isso trabalhar com o futuro. No Brasil, o passado é incerto.

Vocês já ouviram a frase “No Brasil o passado é incerto”? Que dizer, dada à mudança de jurisprudência que temos no Brasil, a torta e a direita. Se o passado é incerto e inseguro, o que dizer do futuro? De fato, esse foi o problema que acabou contaminando.

Aqui eu reafirmo: nós vamos encontrar uma solução. É uma situação emergencial e na situação emergencial temos que aplicar o direito emergencial, encontrar soluções jurídicas que deem satisfação ao interesse público. O interesse público hoje e, claro, do Governador é de fazer a nomeação de vocês.

Contem conosco nesse pleito! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Obrigado, Secretário Rogério Gallo!

Quero agradecer, também, ao Secretário Guilherme; a todos os servidores públicos; Sindicatos e a imprensa presente.

A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso agradece a presença de todos!

Convido a todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino do Estado do

Mato Grosso.

(O HINO DE MATO GROSSO É EXECUTADO).

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Declaro encerrada a presente Audiência Pública (PALMAS).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS METAS FISCAIS
DO 3º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 11 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Alessandra Maria Oliveira da Silva
 - Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Dircilene Rosa Martins;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Luciane Carvalho Borges;
 - Taiza Antônia Noujain;
 - Tânia Maria Pita Rocha.
- Revisão:
 - Ivone Borges de Aguiar Argüelio;
 - Patricia Elena Carvalho;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antonia de Almeida Maciel;
 - Rosivânia Ribeiro de França;
 - Sheila Cristiane de Carvalho;
 - Solange Aparecida Barros Pereira.